

Pensando com o desenvolvimento regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional

Marcos Antônio Mattedi

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (Furb)

Recebido: 07/12/2014 Versão revisada (entregue): 23/12/2014 Aprovado: 25/02/2015

Resumo

O texto aborda o tema do desenvolvimento regional. Mais precisamente, os pressupostos epistemológicos, teóricos e metodológicos relacionados à produção do conhecimento com o desenvolvimento regional. Argumentamos que a produção do conhecimento com o desenvolvimento regional é reflexivo, contextual e relacional. Para desenvolver esse argumento, o texto foi dividido em cinco partes: ele inicia com uma breve introdução em que são apresentados os desafios relacionados à produção do conhecimento com o desenvolvimento regional; na segunda parte são apresentadas as bases epistemológicas necessárias para a produção do conhecimento com o desenvolvimento regional, que chamamos de reflexiva; na terceira parte enfocamos os pressupostos teóricos relacionados à causalidade do desenvolvimento regional; na quarta procura-se desenvolver as bases metodológicas da produção do conhecimento com o desenvolvimento regional com base em um modelo relacional; na última parte extraímos algumas consequências do exame epistemológico, teórico e metodológico da produção do conhecimento com o desenvolvimento regional.

Palavras-chave | Conhecimento; desenvolvimento regional; reflexividade; relação.

Código JEL | N90; O18; R10.

THINKING TO REGIONAL DEVELOPMENT: CONTRIBUTIONS FOR A STRONG PROGRAM ON REGIONAL DEVELOPMENT

Abstract

This paper addresses the issue of regional development. More precisely, the epistemological, theoretical and methodological assumptions related to the production of knowledge to regional development. It argues that the production of knowledge to regional development is reflective, contextual and relational. To develop this argument, the text was divided into five parts: it starts with a brief introduction in which the challenges related to the production of knowledge to regional development are presented; the second part presents the epistemological bases for the production of knowledge to regional development, which we call reflective; the third part focuses on the theoretical assumptions related to the causality of regional development; in the fourth section it seeks to develop the methodological basis of knowledge production to regional

development based on a relational model; in the last part was extracted some consequences of epistemological, theoretical and methodological examination on the production of knowledge to regional development.

Keywords | Knowledge; reflexivity; regional development; relation.

JEL-Code | N90; O18; R10.

PENSAR CON EL DESARROLLO REGIONAL: CONTRIBUCIONES PARA UN PROGRAMA FUERTE EN DESARROLLO REGIONAL

Resumen

En este trabajo se aborda la cuestión del desarrollo regional. Se trata, más precisamente, de los supuestos epistemológicos, teóricos y metodológicos relacionados con la producción de conocimiento para el desarrollo regional. Sostenemos que la producción de conocimiento para el desarrollo regional es reflexiva, contextual y relacional. Para desarrollar este argumento, el texto se divide en cinco partes: comienza con una breve introducción en la que se presentan los desafíos relacionados con la producción de conocimiento para el desarrollo regional; en la segunda parte se presentan las bases epistemológicas para la producción de conocimiento con el desarrollo regional, la que llamamos reflexiva; en la tercera parte nos centramos en los supuestos teóricos relacionados con la causalidad del desarrollo regional; en la cuarta parte se busca desarrollar la base metodológica de la producción de conocimiento para el desarrollo regional basada en un modelo relacional; en la última parte extraemos algunas consecuencias del examen epistemológico, teórico y metodológico de la producción de conocimiento para el desarrollo regional.

Palabras-clave | Conocimiento; desarrollo regional; reflexividad; relación.

Código JEL | N90; O18; R10.

Introdução

O desenvolvimento regional encerra um paradoxo curioso: a relação entre desenvolvimento e região constitui uma realidade estudada por muitos pesquisadores, porém são poucos os pesquisadores que utilizam o desenvolvimento regional para estudar a realidade. Para podermos compreender esse impasse precisamos considerar, simultaneamente, como é formada esta comunidade de pesquisadores e quais são as estratégias empregadas para investigar essa temática. Isso envolve a consideração das regras morais que orientam as relações dos pesquisadores entre si e as regras técnicas que guiam as relações dos pesquisadores com a realidade. Mais precisamente, como foi formada essa comunidade científica e quais são as convenções teórico-metodológicas empregadas. Assim, por um lado, essa investigação pressupõe o entendimento de como surgiram os estudos, publicações, eventos, associações de pesquisadores, centros de formação; e, por outro, quais são os modelos empregados para o estudo do desenvolvimento regional.

Até a Segunda Guerra Mundial o desenvolvimento e a região, assim como os problemas cognitivos políticos a eles relacionados, se mantiveram como variáveis estudadas isoladamente. É claro que a maior parte das ciências sociais, cada uma a sua própria maneira, sempre manifestou interesse sobre as relações entre desenvolvimento e região. Nesse sentido, a pesquisa sobre o desenvolvimento regional foi se produzindo e reproduzindo num cruzamento disciplinar em que se destacam a contribuição da ciência econômica, a geografia, a sociologia, a ciência política e a antropologia, tentando entender as causas e consequências da intervenção humana no território. Questões como a repartição da população, a localização das atividades produtivas, a formação das cidades, a degradação ambiental, o papel dos transportes etc. há muito são investigadas. Mas todo esse conjunto de dados empíricos que vão permitindo conceber e explicar as relações que se estabelecem entre desenvolvimento e região não institui uma forma autônoma de pensar com o desenvolvimento regional.

Assim, a área de conhecimento sobre o desenvolvimento regional se caracteriza pela produção de um volume crescente de informações, mas, apesar disso, não existe um acordo de como isso deve ser feito. Por isso, esse processo parece ser mais o efeito do retalhamento disciplinar do que a preocupação com o desenvolvimento regional. Temos uma abordagem econômica, geográfica, sociológica e antropológica que fraciona a compreensão do desenvolvimento regional. Quais as consequências do aumento progressivo de informações e, ao mesmo tempo, a dificuldade de estabelecer um acordo de como isso deve ser feito? As consequências mais evidentes são que possuímos muito conhecimento produzido sobre o desenvolvimento regional e pouco conhecimento produzido com o desenvolvimento. Isso significa que não existe ainda um consenso disciplinar sobre a estratégia teórica e metodológica que deve ser compartilhada entre esses pesquisadores para a produção do conhecimento sobre a relação entre desenvolvimento e região.

Em nosso ponto de vista, pensar o modo regional de desenvolvimento com o desenvolvimento regional é exercício reflexivo. À medida em que as regiões se desenvolvem, aumenta também o interesse pelo conhecimento do próprio desenvolvimento regional. Isso significa que quanto mais complexo se torna o padrão de desenvolvimento de uma região, maior a produção de conhecimento relacionado ao próprio desenvolvimento regional. E isso assinala que a própria capacidade de uma região pensar a si mesma pode se converter em um indicador de desenvolvimento regional. Parece haver aí uma relação de “coconstrução”, no qual o desenvolvimento regional estimula sua própria compreensão e sua própria compreensão alimenta o desenvolvimento regional. O monitoramento reflexivo da relação entre desenvolvimento e região deve ser considerado, portanto, como uma via de mão dupla. A principal implicação desse processo diz respeito ao caráter regional das próprias teorias, afinal nenhuma teoria do desenvolvimento regional pode pretender uma validade global.

Assim, progressivamente, o desenvolvimento regional se impõe como objeto de preocupação científica, combinando uma grande variedade de interesses políticos e cognitivos. Por isso, uma das grandes dificuldades para pensar com o desenvolvimento regional constitui a inexistência de acordos teóricos e conceituais sobre as noções de desenvolvimento e região. Para estabelecer um programa forte em desenvolvimento regional necessitamos enfrentar esse paradoxo, ou seja, para poder conhecer com o desenvolvimento regional precisamos considerar três planos analíticos:

- a) Plano epistemológico: determinar a cientificidade do que conhecemos como novo com a relação entre Desenvolvimento e Região;
- b) Plano teórico: determinar quais são as principais características das interpretações da relação entre Desenvolvimento e Região;
- c) Plano metodológico: determinar como podemos produzir conhecimento por meio da relação entre Desenvolvimento e Região.

A resposta a estas questões possibilita transpor os obstáculos que impedem a produção do conhecimento com o desenvolvimento regional.

Considerando as três dimensões cognitivas o objetivo deste capítulo, cumpre estabelecer os pressupostos analíticos necessários para pensar o modo regional de desenvolvimento por meio do desenvolvimento regional. Mais precisamente, sistematizar as consequências morais e lógicas que colocamos em operação quando estudarmos o modo regional do desenvolvimento.

Sabemos que a expressão desenvolvimento regional associa dois tipos de fenômenos. Essa operação é tão banal que, muitas vezes, não nos damos conta das consequências do conjunto dinâmico de possibilidades de associação que se estabelecem entre desenvolvimento e região. Por isso, para pensar com desenvolvimento regional é preciso superar um conjunto de obstáculos: a) o primeiro deles se refere à autocompreensão cientificista que os estudos do desenvolvimento regional possuem a respeito do processo de produção do conhecimento científico; b) o segundo diz respeito às teorias reducionistas dos usos disciplinares dos conceitos de desenvolvimento e região; c) e o terceiro alude a concepção bidimensional do desenvolvimento regional.

A operação cognitiva de superação desses obstáculos é o estabelecimento de um modelo relacional. O modelo relacional se propõe a apreender a realidade por meio de intersecções de fenômenos diferentes. Quando pensamos algo de forma relacional, estabelecemos uma analogia de semelhanças e diferenças. Trata-se, portanto, de uma dialógica na qual o desenvolvimento regional não é o ponto de chegada, mas o de partida. Aqui não se trata de transpor as descobertas realizadas numa determinada disciplina, mas de converter o desenvolvimento regional numa unidade cognitiva autônoma. Assim, pensar com o desenvolvimento regional o modo regional de desenvolvimento constitui estabelecer uma relação entre

fenômenos transescalar. Considerando esses fatores, pensar com desenvolvimento regional constitui associar atributos relacionais cuja associação permite detectar dimensões da realidade por meio do contraste de fatores heterogêneos.

Por isso, nosso desafio nesse capítulo não se resume a pensar o desenvolvimento regional, mas pensar a realidade em termos de desenvolvimento regional. Aqui o desenvolvimento regional não constitui mais apenas o ponto de chegada que alcançamos seguindo os caminhos traçados pela economia, pela geografia, pela sociologia, pela antropologia, pela ciência política etc., mas também o ponto de partida por meio do qual compreendemos essa realidade de uma nova forma. Portanto, não se trata somente de recolher, comparar e avaliar as diversas estratégias de concepção e interpretação do desenvolvimento regional que foram sendo criadas e aplicadas em outras disciplinas, mas delinear uma plataforma cognitiva que permita influenciar o desenvolvimento dessas disciplinas. Mais precisamente, converter a relação entre desenvolvimento e região numa matriz explicativa que explique algo que a aplicação isolada dos conceitos de desenvolvimento e região não permite.

Nesse sentido, considerando esta problemática, o texto está estruturado em quatro partes. Por isso, na primeira parte, apresentaremos a breve revisão das estratégias epistemológicas de concepção que podem ser adotadas para interpretar cientificidade das relações entre desenvolvimento e região. Na segunda parte, efetuamos uma análise das teorias do desenvolvimento regional para estabelecer um modelo conceitual que permita superar as abordagens bidimensionais. Na terceira, nos concentramos na reformulação do conceito de desenvolvimento regional segundo os subsídios extraídos do cálculo da indicação desenvolvido a partir das contribuições de George Spencer-Brown. Para finalizar, como exercício de síntese, apresentaremos cinco princípios para orientar a pesquisa em desenvolvimento regional e, assim, propor as bases epistemológicas, teóricas e epistemológicas do pensamento com o desenvolvimento regional.

A reflexividade do conhecimento com o desenvolvimento regional

Para conseguirmos solucionar o paradoxo do desenvolvimento regional precisamos entender porque o conhecimento é produzido localmente, mas deve ser validado globalmente. Somente compreendendo como o conhecimento científico é produzido, entenderemos porque quanto mais se generalizam as descobertas sobre o desenvolvimento regional, menor se torna a nossa capacidade de pensar com o desenvolvimento regional. Por isso, antes de podermos estabelecer uma teoria do desenvolvimento regional, necessitamos conceber uma teoria do conhecimento com o desenvolvimento regional. Mais precisamente, trata-se de demarcar as diferenças entre o conhecimento produzido na economia, na geografia, na sociologia, na antropologia etc. e o conhecimento produzido com

o desenvolvimento do modo regional de desenvolvimento. O conhecimento com o desenvolvimento regional comporta três especificidades cognitivas: a) causação contextual; b) distinção analógica; c) a autorreferência reflexiva.

O estudo com o desenvolvimento regional parte do pressuposto de que o desenvolvimento e a região estão analiticamente ligados por relações de influência mútua. Isso significa que o desenvolvimento e a região são inseparáveis dos contextos transacionais em que estão incrustados. E que quanto mais se desenvolve uma região, maiores são as interconexões e interdependências entre desenvolvimento e região. Estes contextos transacionais estão em constante transformação e, portanto, não podem ser descritos por meio de uma causação linear. Por isso, o desenvolvimento regional apresenta uma relação causal bidirecional, em que o desenvolvimento tem uma influência causal sobre a região e que, por sua vez, a região tem um efeito causal sobre o desenvolvimento. Aqui não se trata de descrever o desenvolvimento ou região, mas as relações de influência que se estabelecem entre eles. Ou seja, o conjunto e a regularidade de relações possíveis de serem estabelecidas entre desenvolvimento e região.

Se dissermos que o conhecimento com o desenvolvimento regional é regionalmente situado, somos obrigados a situar nosso conhecimento regionalmente. Esse viés regional da operação de contextualização do conhecimento com o desenvolvimento regional só se torna evidente quando efetuamos uma analogia. Isso significa que nunca podemos afirmar nada sobre o desenvolvimento regional se não estabelecermos um parâmetro de comparação. Esse parâmetro de comparação retrospectiva que se direciona tanto internamente com modos anteriores de desenvolvimento regional, quanto mediante o contraste externo com modos discrepantes de desenvolvimento regional. Dito de outra forma, somente conseguimos pensar as relações entre desenvolvimento e região regionalmente quando comparamos com outras experiências de desenvolvimento regional no tempo e no espaço. Isso significa que o desenvolvimento regional é sempre relativo, porque, afinal, é sempre desigual.

Para ter validade, o conhecimento do desenvolvimento regional precisa ser aplicado a si mesmo. Isso quer dizer que o desenvolvimento regional constitui um conhecimento autorreferente. Essa abordagem pressupõe que cada contexto social estabelece uma forma específica de relacionar, simbolicamente e materialmente, desenvolvimento e região. Isso indica que tanto as concepções quanto as aplicações das noções de desenvolvimento e região, bem como a de desenvolvimento regional, são produzidas socialmente segundo o padrão de desenvolvimento regional. Ou seja, o entendimento da relação de causalidade existente entre desenvolvimento e região está associado reflexivamente a compreensão do contexto social. Portanto, para pensar com o desenvolvimento regional precisamos reconhecer a relação reflexiva que caracteriza o pensamento com o desenvolvimento regional. Em outras palavras, cada modo regional de

desenvolvimento pressupõe um ritmo específico de circulação de conhecimento sobre o desenvolvimento de uma região.

Para a consideração da causalidade, distinção e a reflexividade na abordagem da relação entre desenvolvimento e região, é possível diferenciar duas “culturas epistêmicas” predominantes (KNORR-CETINA, 1999). Por um lado, destaca-se a estratégia epistemológica que procura integrar estas três pré-condições por meio da reprodução dos modelos de conhecimento desenvolvidos na abordagem dos fenômenos naturais. Trata-se, portanto, de tentar explicar a relação entre o desenvolvimento e a região pela redução das relações aos fatores mensuráveis, controláveis e manipuláveis mediante a replicação do método das ciências naturais. Por outro lado, é possível identificar uma estratégia que se caracteriza pela aplicação dos modelos extraídos das ciências humanas. Aqui, o objetivo é compreender o sentido e o significado da relação que se estabelece entre desenvolvimento e região por meio da consideração dos fatores subjetivos. Em grande medida, esse processo se manifesta no interior de cada disciplina de onde se extraem os subsídios para pensar o desenvolvimento regional (APEL, 2000).

Essas culturas epistêmicas prescrevem o que precisamos fazer quando descrevemos cientificamente a realidade com o desenvolvimento regional. Para elucidar esta questão, necessitamos estabelecer parâmetros de credibilidade e validade que nos habilitem a distinguir o conhecimento a respeito do desenvolvimento regional. E isso envolve a questão das possibilidades do conhecimento científico, ou melhor, os critérios para estabelecer a cientificidade de um enunciado ou teoria em desenvolvimento regional. Mais exatamente, isso implica explicitar que pressupostos compartilhamos quando produzimos conhecimento científico e o que distingue o conhecimento produzido com o desenvolvimento regional. Tratam-se dos acordos tácitos por meio do qual produzimos, justificamos e apresentamos as informações que descobrimos com o desenvolvimento regional. Olhando para as estratégias desenvolvidas para distinguir o conhecimento científico do conhecimento não-científico podemos diferenciar duas estratégias: a) parâmetros metodológicos e b) parâmetros institucionais (DUTRA, 1998, 2005).

Segundo o ponto de vista estático, a ciência constitui uma espécie de consenso sem coerção. Esse consenso fundamenta-se na crença de que existe um princípio único que permite demarcar a diferença entre o conhecimento científico e o não-científico. Essa diferença se estabelece por meio do contraste de teorias com a realidade conhecido como teste empírico. Assim, a ciência é concebida essencialmente como um exercício intelectual no qual as falhas são progressivamente eliminadas e o conhecimento é acumulado (BUNGE, 1989). Os exemplos mais conhecidos desta estratégia constituem o “princípio de verificação” estabelecido pelo Positivismo Lógico e o “princípio de refutação” estabelecido pelo Racionalismo Crítico. O princípio de verificação estabelece que a validade de uma teoria decorre de seu método de verificação (CARNAP, 1970). Já o princípio

de refutação estabelece que a validade de uma teoria resulta de seu grau de proibição (POPPER, 1980). Porém, seja de forma indutiva ou de forma dedutiva, o desempate é sempre estabelecido pelo contraste com a realidade.

Segundo essa estratégia, o processo de certificação do conhecimento com o desenvolvimento regional passaria pela adoção do método científico. A ciência é vista como um tipo de conhecimento especial que elabora seus próprios critérios de validade. Isso significa que, como toda a ciência, também o desenvolvimento regional necessitaria ser fiel ao caráter experimental e a adoção de uma linguagem lógica e matemática de expressão do conhecimento. Desse ponto de vista, os problemas relativos ao conhecimento do desenvolvimento regional podem ser resolvidos reduzindo a validade das informações ao que pode ser observado empiricamente por meio de um método de determinação. Esse processo poderia ser reconstruído racionalmente e as observações “verificadas” ou “refutadas” por meio de uma comparação com a realidade. Nesse sentido, a debilidade associada à produção do conhecimento científico com o desenvolvimento regional decorreria da inexistência de regras lógicas de observação.

Essa solução apresenta alguns problemas, afinal uma teoria do desenvolvimento regional não pode ser reduzida a uma descrição do mundo. A transposição destes critérios comporta algumas dificuldades típicas da pesquisa em ciências sociais como, por exemplo, a dificuldade de controle experimental, a relatividade cultural das leis sociais, a natureza subjetiva dos temas de pesquisa, o viés valorativo da investigação social etc., e, principalmente, a constatação de que os indivíduos, grupos sociais e sociedades modificam seu padrão de desenvolvimento com a aquisição de novos conhecimentos. Constitui a tentativa de explicação de um fenômeno, ou o que é mais importante, de fenômenos que se relacionam socialmente. Trata-se, portanto, de saber se é possível estabelecer leis dos fenômenos sociais e, conseqüentemente, das relações entre desenvolvimento e região. No caso do desenvolvimento regional, o próprio desenvolvimento regional pode regular as leis concebidas sobre seu funcionamento a partir do controle do próprio desenvolvimento regional.

Por outro lado, existem as abordagens dinâmicas que sustentam que a cientificidade constitui uma convenção da comunidade científica. A validade de uma hipótese ou credibilidade de uma teoria é determinada segundo a aplicação de uma escala convencionalizada socialmente na comunidade científica (GELLNER, 1997). A comunidade científica se organiza em disciplinas que constituem as formas institucionais privilegiadas no qual a ciência se organiza, desenvolve, avalia e transmite a cultura instituída. Existem muitas variantes desse tipo de abordagem, mas a maior parte pode ser diferenciada em duas estratégias predominantes. Por um lado, o historicismo que sustenta que a cientificidade constitui um consenso cognitivo que resulta do compartilhamento de um paradigma (KUHN, 1989); e, por outro, a sociologia que estabelece que a cientificidade constitui o resultado de relações de dominação conflitivas entre os membros do campo científico

(BOURDIEU, 1997). A cientificidade do conhecimento do desenvolvimento regional decorre, portanto, da forma como interpretamos a formação da comunidade científica.

A ideia segundo a qual a atividade científica é influenciada socialmente não é nova (MATTEDI, 2006). Para Kuhn, por exemplo, os impasses relacionados a produção do conhecimento com o desenvolvimento indicariam um estágio de formação da comunidade de pesquisadores do desenvolvimento regional pré-paradigmático, em que ainda não existe um padrão estabelecido de abordagem dos problemas relacionados a pesquisa em desenvolvimento regional. Já para Bourdieu, o paradoxo do desenvolvimento regional se explicaria porque esse campo de conhecimento ainda não se autonomizou de outras disciplinas, e a busca por reconhecimento e a acumulação do capital científico ainda não estrutura os pesquisadores do desenvolvimento regional em dominantes e dominados. Aqui, o caminho que leva a fundamentação do conhecimento produzido com o desenvolvimento regional envolve uma institucionalização disciplinar. Para esse segundo grupo, a cientificidade é consequência do consenso estabelecido dentro da comunidade científica.

Nessa segunda estratégia, o paradoxo do desenvolvimento regional decorreria da incapacidade dos pesquisadores de instituir as convenções disciplinares. Não se trata somente de generalizar o uso de um método pela força dos resultados, mas de instituir regras estritas de entrada na comunidade científica. Isso passa pela criação de uma disciplina universitária, bem como pela regulamentação de uma atividade profissional associada a formação. Deste ponto de vista, a estabilização da produção do conhecimento com o desenvolvimento regional constitui menos uma atividade cognitiva e mais uma atividade política. Contudo, não parece suficiente creditar os impasses relacionados a produção do conhecimento em desenvolvimento regional somente ao padrão de organização da comunidade científica. A incapacidade de instituição disciplinar na universidade e o padrão difuso de comunicação está associado ao fato de que o conhecimento com o desenvolvimento regional é produzido regionalmente.

Ocorre que a oposição entre essas duas culturas epistêmicas se manifesta também no interior do desenvolvimento das disciplinas que se ocupam do desenvolvimento. Por exemplo, temos uma tradição de pesquisa econômica que segue o modelo de cientificidade das ciências naturais e uma que segue o modelo das ciências sociais; temos geografia que se aproxima mais das ciências naturais e outra mais próxima das ciências sociais; temos sociologia que reproduz uma metodologia positivista, mas também uma sociologia baseada nas humanidades. Assim, não somente a produção do conhecimento com o desenvolvimento regional é tensionado por essas duas tradições epistemológicas, como também o conhecimento disponível sobre o desenvolvimento regional produzido pela economia, geografia, sociologia e ciência política exprime esta oposição. As relações de oposição e colaboração no interior de cada disciplina e entre as

disciplinas que estudam o desenvolvimento regional torna o campo de estudo muito complexo.

Além disso, um dos aspectos menos observados é que o conhecimento do desenvolvimento regional não é monopolizado por cientistas em núcleos de pesquisa universitários. O conhecimento sobre o desenvolvimento regional costuma ser produzido também nas agências governamentais, sindicatos, associações produtivas, círculos, redes e grupos informais etc. e, portanto, os pesquisadores universitários e as regras acadêmicas não são as únicas estratégias de validação empregadas na área. Os detentores do conhecimento sobre o desenvolvimento regional constituem um grupo mais amplo e mais variado do que o circunscrito nas tradições disciplinares que se ocupam do desenvolvimento regional como, por exemplo, a economia, geografia, sociologia etc. Essa característica dota o conhecimento sobre o desenvolvimento regional de grande ambivalência e heterogeneidade de práticas. E, portanto, o conhecimento do desenvolvimento regional não está restrito a certos grupos sociais e lugares – ele apresenta uma “mestiçagem”.

Do ponto de vista estático e dinâmico, a inexistência de uma fronteira nítida entre leigos e peritos potencializa a fragmentação e dificulta a certificação do conhecimento com o desenvolvimento regional. Considerando esse processo, é possível depreender duas estratégias de legitimação do conhecimento. A primeira recorre às recomendações prescritas pelas tradições positivistas e racionalistas que sugerem a necessidade de imposição de critérios rigorosos de justificação na produção do conhecimento com o desenvolvimento regional. Em outras palavras, isso significa a imposição de um método que certifique e padronize a produção do conhecimento com o desenvolvimento regional. A segunda volta-se para as tradições historicista e sociológica e estabelece a necessidade de institucionalização do campo de pesquisa. E quanto maior o reconhecimento social das informações produzidas, menor a autonomia da área de pesquisa com relação aos interesses políticos e econômicos do contexto social. Tanto na primeira quanto na segunda estratégia, o que se ganha em profundidade se perde em amplitude.

Embora esses dois modelos contribuam de diversas formas para conceber e fundamentar uma estratégia de pensamento com o desenvolvimento regional, eles não são satisfatórios para integrar disciplinarmente a causalidade, a distinção e a reflexividade. Existem muitas formas de resolver a ambivalência entre a concepção estática que concebe a ciência como uma atividade intelectual racional, e a concepção dinâmica, que concebe a ciência como uma atividade social institucionalizada. A produção científica de ponta e os compromissos disciplinares não dependem somente da dinâmica interna da ciência, seja em termos metodológicos, seja em aspectos institucionais. Mais precisamente, produzir conhecimento em desenvolvimento regional de ponta e, ao mesmo tempo, fazer com que esse conhecimento tenha validade regional não depende somente do método e da comunidade científica. Como a pesquisa com o desenvolvimento

regional é produzida individualmente com baixos custos, o controle político subverte o controle dominante.

Para estabelecermos uma plataforma epistemológica que permita avaliar as particularidades causal, analógica e reflexiva inerentes ao conhecimento produzido com o desenvolvimento regional, necessitamos estabelecer uma nova estratégia de validação desse conhecimento científico. Mais exatamente, precisamos ultrapassar a fronteira que opõe a estratégia que reforça a lógica interna e a estratégia que reforça o contexto externo. A complexidade do programa de pesquisa em desenvolvimento regional nos obriga a avançar uma estratégia de integração, ou uma síntese. Não basta somente estabelecer critérios cognitivos para criação de novas teorias pelos peritos, mas também mecanismos que permitam valorizar e atribuir respeitabilidade ao conhecimento prático dos leigos. Pode-se dizer que o desenvolvimento regional constitui um conhecimento guiado pelo ensaio e erro, porém o que permite ensaiar e errar não é a aplicação de um método, mas as condições do contexto social, ou seja, uma “cultura epistêmica híbrida”.

Existem várias iniciativas de fundamentação dessa cultura epistêmica híbrida. Talvez as mais conhecidas digam respeito aos modelos de junção derivados das plataformas pluri, multi, inter e transdisciplinar de focar a realidade (MORIN, 1987). Essas iniciativas foram concebidas visando superar dois desafios relacionados a produção do conhecimento científico: 1) os efeitos perversos da especialização disciplinar; 2) o aumento da complexidade dos fenômenos. Por isso, essas plataformas apresentam estratégias de interação disciplinar em níveis de complexidade diferentes, que podem se referir tanto ao simples contato entre disciplinas, quanto a justaposição de conhecimento até a superação disciplinar. Nesse sentido, as bases teóricas e metodológicas de cada disciplina são compartilhadas, ou melhor, intercambiadas entre diversas disciplinas em um grau de complexidade crescente. O resultado desse processo é a estabilização de uma nova plataforma cognitiva da qual são extraídas novas descobertas de um modo novo (GODARD, 1997).

Os esforços mais bem sucedidos para pensar com o desenvolvimento regional foram alcançados mediante essa plataforma cognitiva. Nesse sentido, o desenvolvimento regional é definido como uma síntese disciplinar (BENKO, 1999), ou uma espécie de “metaponto de vista”. Um cruzamento no qual se reúnem as contribuições desenvolvidas em diversas tradições disciplinares como, por exemplo, a economia, a geografia, a sociologia, a antropologia, entre outras. Isto pressupõe, claro, reunir e combinar os resultados produzidos através destas investigações relativas ao desenvolvimento e a região. Segundo essa linha de fundamentação, o pensamento com o desenvolvimento regional se encontraria num estágio interdisciplinar, com a economia e a geografia estabelecendo as principais contribuições teóricas e metodológicas para interpretação das relações entre desenvolvimento e região (MATTEDI; THEIS, 2002). Nesta plataforma

cognitiva, o desenvolvimento regional assume uma característica “caleidoscópica” que varia segundo a contribuição disciplinar.

Contudo, esta solução caleidoscópica comporta pelo menos alguns aspectos operacionais inconvenientes. O primeiro diz respeito ao fato que não existe pluri, multi, inter e transdisciplinaridade sem disciplinaridade, o que indica que se o desenvolvimento regional for uma área interdisciplinar ele nunca interagirá com outra área interdisciplinar. O segundo aspecto implica em que a interação entre disciplinas sempre acontece porque a ciência é produzida socialmente, o que significa que uma nova disciplina surge sempre da combinação de duas ou mais disciplinas. O terceiro é que esta solução oferece uma imagem distorcida do universo disciplinar, um ambiente desprovido de controvérsias. Mas, principalmente, esta solução versa somente sobre uma dimensão interna relativa aos fatores metodológicos e não leva em consideração os aspectos institucionais relacionados a organização social da comunidade de pesquisadores em desenvolvimento regional. Nesse sentido, esta estratégia aplicada ao desenvolvimento regional parece constituir uma falsa solução para um falso problema.

As principais reservas com relação a adoção destas estratégias para configurar cientificamente a causalidade, a reflexividade e a distinção referem-se ao duplo fechamento da forma de pensar com o desenvolvimento regional. Esse fechamento é, ao mesmo tempo, metodológico com as outras formas de conhecimento e disciplinar com relação aos não especialistas. Por isso, as estratégias estática e dinâmica baseiam-se num mesmo procedimento, reivindicam uma diferenciação tanto por meio da imposição de um método quanto pela instituição de uma disciplina. Trata-se, portanto, de fechar o desenvolvimento regional aos conhecimentos e produtores leigos. Por isso que as estratégias pluri, multi, inter e transdisciplinares não são suficientes, pois abrem somente a parte cognitiva do círculo, mas deixam a questão institucional obstruída. Este acordo oculto da oposição ortodoxa entre método-instituição deforma a atividade científica, afinal só podemos exigir rigor e disciplina aonde acreditamos que não existe.

Para pensar com o desenvolvimento regional de forma científica precisamos superar o panóptico dualista método-instituição. A sociedade em geral e os elementos sociais não devem ser vistos como fatores perniciosos na produção do conhecimento científico (MATTEDI, 2006). A validade do conhecimento científico não surge da força metodológica do método científico e da integração da comunidade científica de neutralizar as influências do contexto social, como nos leva a crer a solução proposta pela oposição ortodoxa. Ao contrário, o caráter social e interessado do conhecimento científico não deve ser visto como um defeito, mas como uma parte constitutiva e decisiva da sua força explicativa. Por isso, quanto mais uma teoria científica consegue mobilizar interesses sociais, mais científica ela se torna. E por isso não existe a necessidade de restringir e fechar o

conhecimento com o desenvolvimento regional aos interesses da própria da própria comunidade científica, como sugerem as soluções estáticas e dinâmicas.

Uma iniciativa mais recente e vigorosa diz respeito aos subsídios extraídos dos chamados Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia – ESCT (HESS, 1997). Os ESCT compreendem uma tradição surgida a partir de três eixos de crítica ao padrão de desenvolvimento científico e tecnológico do pós-guerra. O primeiro eixo diz respeito ao irrealismo dos parâmetros positivistas de certificação do conhecimento científico; o segundo se refere aos efeitos disfuncionais da descrição da comunidade científica efetuada pelo programa mertoniano; o terceiro compreende o processo linear de formulação e de implementação das políticas de ciência e tecnologia (JASANOFF; MARKELE; PETERSEN; PINCH, 1994; HACKER; AMSTERDAMSKA; LYNCH; WAJCMAN, 2007). Em termos metodológicos, compreende duas estratégias: 1) o exame dos impactos da ciência e tecnologia na sociedade; 2) os impactos da sociedade na ciência e na tecnologia (MATTEDI; GRISOTTI; SPIESS; BENNERTZ, 2009). Isso significa que a pesquisa científica em desenvolvimento regional constitui uma atividade social.

Os resultados alcançados por meio deste tipo de abordagem nos últimos anos revelam que o conhecimento científico é um fenômeno social. Portanto, a exatidão, a objetividade e a utilidade científicas não são resultado da aplicação de critérios técnicos ou da integração da comunidade científica, mas apenas contingências sociais. Por isso a ciência em geral e a produção da pesquisa em particular somente se tornam possíveis quando os pesquisadores conseguem criar um contexto social no qual o conhecimento científico pode se estabilizar e reproduzir. Mais precisamente, isso significa que se quisermos estabilizar uma forma de pesquisa das relações entre desenvolvimento e região com o desenvolvimento regional precisamos considerar os vínculos existentes entre esta atividade científica e o contexto social. Isto significa que para o conhecimento com o desenvolvimento regional ser produzido é preciso existir condições sociais para que indivíduos e grupos possam criar, organizar, transmitir e difundir esta espécie de conhecimento nas próprias regiões.

Trata-se de relacionar a produção do conhecimento científico ao contexto social. O progressivo reconhecimento de que a ciência é moldada por circunstâncias contingentes locais vem modificando a percepção do processo de produção do conhecimento científico. Por um lado, a ênfase recai na análise de como os interesses sociais, políticos e disciplinares configuram o conteúdo do conhecimento (BARNES; BLOOR; COLLINS, 1996). Mas, também, essa atividade pode ser descrita como um circuito no qual o contexto social é resultado da atividade científica (LATOUR, 2000; CALON, 1995). As diferenças aqui residem nas formas de instrumentalização do contexto que oscila para o entendimento da atividade científica. Nosso desafio, portanto, consiste em substituir a forma de conceber o desenvolvimento regional na sociedade pela perspectiva que se preocupa com o elemento social do conhecimento com o

desenvolvimento regional. Pensar com o desenvolvimento regional pressupõe uma teoria política do conhecimento.

O modelo circulatório do conhecimento foi desenvolvido por Callon; Courtial; Penan (1995) e Latour (1995), e é conhecido como cinco horizontes da pesquisa científica. Este esquema distingue inicialmente cinco categorias de tarefas que constituem quatro horizontes de atuação profissional dos cientistas. A primeira refere-se a “mobilização do mundo”, que diz respeito ao processo de produção de dados por meio da pesquisa com o desenvolvimento; a segunda diz respeito ao processo de “autonomização”, que constitui formar pessoas capazes de entender e aplicar o conhecimento produzido com o desenvolvimento regional; a terceira tarefa compreende a criação de “alianças estratégicas”, formar parcerias com o Estado e o setor produtivo visando mobilizar recursos para a realização de pesquisa; a quarta volta-se para “relações públicas”, estabelecer uma imagem pública positiva do desenvolvimento regional junto a sociedade; somente quando estas atividades são realizadas temos a quinta tarefa: as teorias com o desenvolvimento regional.

Essa forma de conceber e fundamentar o conhecimento com o desenvolvimento regional permite o conhecimento com o desenvolvimento regional se justificar regionalmente pelo desenvolvimento. Como vimos, os critérios de cientificidade extraídos das tradições estática ou dinâmica baseiam-se no fechamento disciplinar e, portanto, subtraem a possibilidade de usarmos a dinâmica regional do desenvolvimento no conhecimento com o desenvolvimento regional. Isso significa, por um lado, a adoção do método científico e, por outro, o reconhecimento dos parâmetros de certificação da comunidade científica. Ao produzirmos conhecimento com o desenvolvimento regional não devemos tentar neutralizar por meio da metodologia e da reputação os efeitos que o contexto social exerce sobre o conhecimento. Resumindo, isso quer dizer simplesmente que o conhecimento com o desenvolvimento regional deve estabelecer um autoentendimento próprio de sua cientificidade, considerando as condições regionais de desenvolvimento.

Como dissemos, antes de estabelecermos uma teoria do desenvolvimento regional necessitamos de uma teoria do conhecimento com o desenvolvimento regional. Isto significa que o desenvolvimento regional é um conhecimento de segunda ordem e, mais precisamente, deve ter validade regional. Trata-se assim de substituir a perspectiva segundo a qual o conhecimento sobre desenvolvimento regional deve adotar regras estritas de produção do conhecimento e organização disciplinar. Vimos que não somente estas regras são irrealistas, mas também perniciosas, pois a validade e credibilidade de um enunciado científico depende de quem enuncia, das circunstâncias, do estilo discursivo e das motivações. Por isso, em nosso ponto de vista, esse processo envolve o reconhecimento de dois pressupostos fundamentais: 1) cada região tem uma forma específica de produção e apropriação do conhecimento sobre si mesma; 2) existe um grau de

indeterminação considerável no conhecimento porque as relações entre desenvolvimento e região são instáveis.

O exame do processo de formação da área de conhecimento do desenvolvimento regional se caracteriza por uma assimetria entre volume crescente de informações e a ausência de acordo sobre como isso deve ser feito. Considerando os pressupostos cognitivos e institucionais, percebe-se que o conhecimento com o desenvolvimento regional não pode permanecer separado do contexto no qual desenvolvimento e região se relacionam. O problemático do pensamento com o desenvolvimento regional é que o regional do desenvolvimento não pode ser fechado metodologicamente e institucionalmente porque o desenvolvimento regional não é separado do conhecimento que se produz dele. Por isso, a consideração das pré-condições epistemológicas indicam que conhecimento produzido com o desenvolvimento regional possui três características principais: 1) causalidade: as relações entre desenvolvimento e região são contextuais; 2) distinção: as relações entre desenvolvimento e região só podem ser avaliada analogicamente; 3) reflexivo: o conhecimento com o desenvolvimento possui uma validade regional.

As particularidades causais, analógicas e reflexivas do conhecimento com o desenvolvimento regional pressupõem a superação das formas cientificistas de conceber a ciência, mas também a forma cientificista de pensar a ciência. Isso envolve o reconhecimento de que o conhecimento com o desenvolvimento regional é ativado por processos sociais contextualizados regionalmente pelo desenvolvimento. Deste ponto de vista, sabemos que antes de podermos determinar o que é o desenvolvimento regional, necessitamos estabelecer como as condições regionais do desenvolvimento tornam o conhecimento com o desenvolvimento regional possível. Ou seja, para uma região pensar a si mesma por meio do desenvolvimento regional, é preciso que existam algumas condições sociais para formulação e resolução da questão sobre as relações entre desenvolvimento e região. Se, no primeiro nível, consiste em determinar o que é o desenvolvimento regional regionalmente, no segundo, trata-se de determinar como podemos estudar regionalmente o desenvolvimento regional.

A causação contextual do conhecimento com o desenvolvimento regional

As teorias do desenvolvimento regional se ocupam com uma questão simples: *quais são relações que se estabelecem entre desenvolvimento e região?* Mais precisamente, que classes de influências podem ser observadas regularmente entre desenvolvimento e região. Sabemos que a correlação entre desenvolvimento e região não equivale necessariamente a uma causação, pois a correlação entre duas variáveis não implica uma causalidade. Uma relação de causa-efeito existe somente quando uma mudança em uma variável (independente) induz a mudança em outra

(dependente). Isto significa que quando um primeiro conjunto de condições específicas é encontrado, haverá também um segundo conjunto de condições nas quais o primeiro origina o segundo. Parece, então, que as teorias do desenvolvimento regional deveriam descrever um contexto no qual certos valores de um fenômeno X correspondam sempre a certos valores do fenômeno Y. Isso significa que variações observadas no fenômeno Y são produzidas pela variação dos valores do fenômeno X.

Mas no estudo do desenvolvimento regional nem sempre é possível fechar o campo de análise. Ao contrário, é sempre possível alargar um sistema de relações entre variáveis e encontrar influências que ultrapassem ou transcendam a relação entre X-Y. A decisão de inclusão ou exclusão dos fatores em jogo é sempre uma decisão de ordem teórica e, portanto, nunca teremos garantias de que todas as variáveis relevantes estão incluídas na explicação e serão efetivamente controladas. É nestes limites que se inscreve a verificação da co-variação, a direção causal e as variáveis exógenas da teoria do desenvolvimento regional. Isso significa que nem sempre é possível determinar com exatidão quais variáveis são importantes na ocorrência do efeito, pois no limite precisamos diferenciar o que antecede do que sucede. Ou seja, no estudo do desenvolvimento regional nem sempre podemos determinar com exatidão quando a região e o desenvolvimento são causa ou quando são consequência. Isso constitui o desafio teórico da explicação da causalidade contextual.

Nesse sentido, considerando a causalidade entre desenvolvimento e região, é possível estabelecer quatro estratégias de abordagem das relações de influência:

- a) HIPÓTESE 1 - O desenvolvimento como um agente produtor da região: nesse tipo de abordagem o processo de desenvolvimento é considerado uma variável independente e a região uma variável dependente;
- b) HIPÓTESE 2 - A região como um agente produtor do desenvolvimento: nesse tipo de abordagem a região é considerada uma variável independente que afeta o desenvolvimento, considerado como uma variável dependente;
- c) HIPÓTESE 3 - Existe um processo de causalidade circular entre desenvolvimento e região: existe um processo de causalidade circular em que o desenvolvimento influencia a região e a região influencia o desenvolvimento;
- d) HIPÓTESE 4 - Não existe relação causal entre desenvolvimento e região: nesse tipo de abordagem a relação de causalidade entre desenvolvimento e região se deve a uma ou mais variáveis espúrias.

Mais precisamente, a causalidade contextual compreende uma pluralidade de condições determinantes cuja verificação simultânea confere um grau de probabilidade à ocorrência de determinados resultados. Quando é possível, multiplicam-se as observações efetuadas em situações semelhantes, mostrando que a ocorrência de X favorece ou torna frequente a ocorrência de Y. Afinal, no

estudo das relações entre desenvolvimento e região existe um esquema de interação combinando variáveis, ou grupos de variáveis independentes, que agem sobre uma variável ou variáveis dependentes. Trata-se de blocos de variáveis independentes integrando diversos conjuntos de fatores que afetam diferencialmente as variáveis dependentes. Essa forma de considerar a relação entre desenvolvimento e região baseia-se no reconhecimento de que para identificar uma relação causal entre desenvolvimento e região necessitamos analisar o contexto causal em que o desenvolvimento e a região se inserem, ou seja, o contexto da rede de relações entre variáveis.

Embora a lógica da inferência causal seja idêntica a outras situações, os procedimentos de análise do desenvolvimento regional são indiscutivelmente mais complexos e, portanto, menos formalizáveis. Nesse sentido, o desafio teórico da investigação da causação contextual consiste, portanto, em explicar a rede de relações subjacentes as variáveis independentes e dependentes e, sobretudo, em determinar a intensidade das relações de influências mútuas que ligam o desenvolvimento à região. Isso significa que a forma como se interpreta o intercâmbio entre desenvolvimento e região constitui um contexto formado pela interação de um grande número de variáveis. Além disso, a compreensão das regularidades envolve a construção de modelos teóricos que permitam entender os contextos de interação dessas variáveis. Esses modelos constituem instrumentos descritivos formados por um sistema de coordenadas conceituais que são aplicados para interpretar fenômenos e que vão sendo progressivamente ajustados. E servem para traduzir o contexto causal e identificar e medir a relação entre desenvolvimento e região.

Para compreendermos a causação contextual entre as variáveis desenvolvimento e região necessitamos desenvolver um modelo teórico. Porém, a construção de modelos teóricos constitui uma tarefa complexa na medida em que as relações entre essas variáveis não são lineares. Assim, as influências entre desenvolvimento e região variam à medida que o contexto muda e, conseqüentemente, as próprias teorias variam com a mudança do contexto. Desta forma, no sentido amplo, ou seja, o das interpretações das relações causais entre desenvolvimento e região, a teoria pode constituir uma conceitualização de termos que são empregados para a explanação do fenômeno empírico *ad-hoc*; no sentido restrito, a teoria exprime um sistema formal lógico que consiste num conjunto de conceitos inter-relacionados que permitem testar uma hipótese, visando assim descrição, explanação e predição de fenômenos. Trata-se, portanto, de construir um modelo analítico no sentido restrito para interpretar a lógica da direção causal entre desenvolvimento e região em cada contexto.

Existem duas formas básicas de conceber instrumentos descritivos para explicação da causação contextual entre desenvolvimento e região. O modelo dedutivo popperiano (*teoria-antes-da-pesquisa*): neste caso, primeiro formula-se um modelo teórico derivado do conhecimento existente; depois seleciona-se uma proposição

ou hipótese derivada deste modelo; estabelece-se uma estratégia de pesquisa para testar a proposição; e se a proposição não for rejeitada pelo teste, aplica-se a teoria para explicar a casos particulares. O modelo indutivo mertoniano (*pesquisa-antes-da-teoria*): este tipo de abordagem inicia com a investigação de um fenômeno e se delineiam os seus atributos; em seguida, medem-se esses atributos numa variedade de situações; passa-se para a análise dos dados para determinar os padrões de variação; e, por último, constroem-se as teorias. Aqui a diferença entre os dois tipos de concepções de teorização diz respeito a possibilidade de isolar uma variável independente de forma precisa para explicar as relações entre desenvolvimento e região.

Um desafio adicional é que esse padrão de teorização se disseminou no interior das disciplinas que se ocupam da pesquisa do desenvolvimento e da região. Por exemplo, teremos uma abordagem econômica da relação entre desenvolvimento e região através da *teoria-antes-da-pesquisa*, ao mesmo tempo em que teremos uma interpretação por meio da *pesquisa-antes-da-teoria*; teremos uma abordagem geográfica no qual a relação entre desenvolvimento e região será operacionalizada através da *teoria-antes-da-pesquisa* e, paralelamente, outra abordagem geográfica no qual teremos *pesquisa-antes-da-teoria*, e assim por diante em todas as disciplinas que estudam o desenvolvimento regional. Com a produção e a reprodução destes modelos de análise, e o crescente contato interdisciplinar, torna-se cada vez mais complexo entender e sistematizar as estratégias de interpretação teóricas da relação entre desenvolvimento e região. Por isso, nem sempre é fácil reconstruir as continuidades e descontinuidades entre as diversas estratégias de abordagem.

Portanto, existem na paisagem esboçada pela economia, geografia, sociologia, antropologia e ciência política muitas controvérsias sobre os sentidos de interpretação teórica das relações entre desenvolvimento e região. Afinal, não é fácil isolar o desenvolvimento, a região, e estabelecer as ligações sobre a relação da territorialidade do desenvolvimento. E embora todos os pesquisadores do desenvolvimento regional estejam, direta ou indiretamente, interessados em compreender como o processo de desenvolvimento modifica a região e como a região afeta o desenvolvimento, existem ainda muitas controvérsias sobre a adequação de como isso deve ser feito. Assim, como as relações entre desenvolvimento e região são múltiplas, as combinações podem se revelar, muitas vezes, fenômenos distintos e até antagônicos. Mais precisamente, existe um processo de subdeterminação teórica na medida em que existe mais de uma teoria que explica o mesmo conjunto de relações, gerando inconsistências entre as teorias.

Para descrever a causalção contextual parte-se sempre da relação entre o domínio e o que acontece nele. A dificuldade do estudo desta relação situa-se na existência de muitas combinações e, portanto, de respostas possíveis. Por exemplo, enquanto alguns teóricos consideram que a relação Desenvolvimento-Região existe independentemente de como esses fenômenos são experienciados socialmente de

forma realista como entidades fixas, outros pesquisadores baseiam-se numa perspectiva de que a relação Desenvolvimento–Região resulta de um processo de mediação simbólica entre atores de forma construtivista. Assim, trata-se de considerar como as variáveis desenvolvimento e região são transcodificadas operacionalmente na pesquisa. Por um lado, a relação entre desenvolvimento e região é traduzida pela forma de apropriação e, por outro, por forma de identificação. Por isso, para sistematizar a exposição, o primeiro conjunto de teorias será denominado “teorias do contêiner”, enquanto que o segundo, “teorias do envelope”.

As teorias do contêiner concebem a relação entre Desenvolvimento-Região como uma espécie de processo que ocorre num recipiente. Neste tipo de teoria o procedimento de abordagem das relações causais entre desenvolvimento e região é bastante conhecido. Primeiro, isolam-se os domínios, condicionam-se os fenômenos e se estabelecem relações entre eles como, por exemplo, recursos, populações, equipamentos, organizações, produção etc.; em seguida, procura-se observar como operam no assentamento e, conseqüentemente, busca-se determinar as relações de influência entre os fenômenos; na etapa seguinte, aplicam-se modelos teóricos que tentam explicar como os fenômenos interagem e permanecem juntos; o próximo procedimento consiste em avançar uma generalização efetuando uma comparação entre as semelhanças e diferenças entre os diversos contêineres; por último, com o suporte de uma base normativa sobre o que é desejável que aconteça nos contêineres se estabelece uma escala de declínio ou progresso da dinâmica do contêiner.

Comumente designam-se estas relações em função de suas propriedades materiais, combinando analiticamente características do mundo material e artefatos humanos. Por isso, neste tipo de análise, a região é concebida como uma realidade previamente existente e, frequentemente, vinculada a dimensão física do espaço aonde operariam certos fenômenos naturais, econômicos, sociais, culturais etc. Neste tipo de teoria podemos diferenciar duas variantes teóricas principais de explicação das relações causais entre desenvolvimento e região. Por um lado, existe um conjunto de abordagens que se ocupam das características do próprio recipiente; e, por outro, as abordagens que procuram observar como as relações entre os componentes formatam e configuram o recipiente. Considerando estes fatores, podemos diferenciar duas variantes das teorias: as que se ocupam com a distinção entre formas dos contêineres, e as que se ocupam com as diferenças entre as suas funções.

A primeira variante deste tipo de abordagem enfatiza as formas e sustenta que a relação entre desenvolvimento e região pode ser abordada considerando-se os recursos naturais, os ecossistemas e outros tipos de delimitações físicas. Aqui, o desenvolvimento constitui a mediação estabelecida entre o grupo social e os recursos existentes no meio. Nesse sentido, a relação entre desenvolvimento e região é considerada a partir dos vínculos de interdependência entre recursos

naturais e as populações humanas. O desenvolvimento constitui o mecanismo por meio do qual os seres humanos e agrupamentos sociais relacionam-se com os recursos naturais que se estabelecem numa estrutura espacial distinta de outras regiões e de outras unidades territoriais maiores ou menores. As variações regionais são essencialmente produzidas pelos diferentes modos de transformar socialmente a natureza. A natureza influencia os modos de vida e o desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, as diferenças e semelhanças entre as regiões (GOMES, 2012, p. 55).

A preocupação da investigação geográfica com os processos regionais não é nova (LENCIONI, 1999). Segundo o ponto de vista “*determinista*”, o desenvolvimento de uma região relaciona-se aos constrangimentos da combinação de elementos do meio natural, ou seja, a disponibilidade dos recursos naturais e sua distribuição qualitativa e quantitativa no território. Com a noção de região natural, Friedrich Ratzel indicou que o grupo social que vive e produz sobre um território é também produto do território. Já do ponto de vista “*possibilista*” as regiões são o resultado das superposições históricas e dos dados naturais, destacando a importância das cidades, das indústrias e das questões econômicas etc. Para Vidal de la Blache, as relações entre sociedade e natureza caracterizam-se pela interferência do homem no espaço geográfico, pois considera o homem como um ser ativo atuando no ambiente físico, como mostra a noção de região geográfica. Trata-se de descobrir que parte do desenvolvimento regional está relacionado a natureza ou ao humano (CLAVAL, 1999).

Esses impasses analíticos da Geografia Tradicional, na abordagem da relação entre desenvolvimento e região por meio da noção de paisagem, receberam duas soluções epistemologicamente opostas. Por um lado, Richard Hartshorn formulou uma concepção dessa relação concebida ideograficamente como um caso único ou singular, enfatizando o caráter subjetivo do processo de diferenciação territorial. Segundo o autor, uma região constitui uma área de localização específica, delimitada mediante a adoção de critérios conceituais estabelecidos pelo pesquisador como uma “diferenciação de área” (HARTSHORN, 1969, p. 17). Por outro, destaca-se a resposta de Freed F. Schaefer que critica as dificuldades de operacionalização metodológica e assinala a necessidade da geografia estabelecer leis gerais da localização em termos nomotéticos. Essas leis devem ser utilizadas para diferenciar porções distintas da terra chamada de “classes de área” e que contém combinação especial de tipos ou categorias de fenômenos (SCHAEFER, 1977).

Essa controvérsia teórica sobre o sentido da interpretação do jogo de determinações recíprocas entre região e paisagem redefiniu as bases analíticas da relação entre desenvolvimento e região. O estudo regional do desenvolvimento passou a ser subordinado à solução dos impasses teórico-metodológicos da relação entre fenômenos físicos e humanos, visando determinar as individualidades regionais. Com a progressiva incorporação dos pressupostos

positivistas e das técnicas quantitativas, as relações entre desenvolvimento e região foram reduzidas ao que podia ser observado empiricamente e traduzido em linguagem matemática. A concepção e aplicação de modelos matemáticos deslocou o estudo do desenvolvimento regional para a busca da demonstrabilidade de teorias e, principalmente, para o estabelecimento de previsões e projeções dos padrões regionais de desenvolvimento. Como consequência, se forma e dissemina uma nova forma de relacionar desenvolvimento e região conhecida como Nova Geografia (BEZZI, 2004).

Na crítica desenvolvida pela Nova Geografia a Geografia Tradicional subsumem dois fenômenos que se encontram relacionados. Por um lado, as transformações geopolíticas e a constituição de uma nova ordem mundial provocadas pelo final da Segunda Guerra Mundial; por outro, a substituição da plataforma indutivista pela plataforma dedutivista provocada pela repercussão dos trabalhos de K. R. Popper. O objetivo dessa viragem era dotar a geografia de instrumentos conceituais para a generalização das explicações espaciais e, desta forma, possibilitar uma compreensão mais geral da variação dos arranjos espaciais. Com esta transformação teórica e metodológica quantitativa posta em operação a partir da década de cinquenta, a explicação do desenvolvimento regional volta-se novamente para uma abordagem naturalista. Esta abordagem reduz a relação entre desenvolvimento e região a uma dimensão classificatória, estabelecida por técnicas estatísticas e por uma linguagem matemática, afastada da observação de campo (CORREA, 1986).

Considerada como uma classe de área, a região assume uma posição relativa em função das outras regiões. Classes de áreas são, portanto, abstrações analíticas que são estabelecidas pela caracterização dos indivíduos em relação às classes de área em termos estatísticos. Assim, uma região se converte num produto da causalidade da relação entre indivíduos e classes de áreas, estabelecida por meio da análise geométrica dos dados espaciais. Mais precisamente, a região se converte numa entidade abstrata definida pela unidade interna e diversidade externa. Com a adoção da abordagem sistêmica, proposta por Ludwig von Bertalanfly, o espaço passou a ser considerado pelos padrões articulados que os fenômenos apresentam (CHRISTOFOLETTI, 1982). Nesse sentido, a região deixou de ser um fenômeno único e passou a ser considerada como o estado interno do sistema que se modifica segundo as condições do ambiente, ou seja, o desenvolvimento regional constitui uma estrutura caracterizada pelas propriedades e pelas relações entre os seus elementos.

Quando as diferenças de concentração espacial e produtiva começaram a ser consideradas, surgem as primeiras interrogações da vertente funcional da relação entre desenvolvimento e região. O esforço se concentra na tentativa de compreender a lógica do processo de tomada de decisão empresarial nos investimentos produtivos. Mais precisamente, como os custos operacionais de transporte, essencialmente os de matérias primas e de comercialização, são

considerados pelos produtores no desenvolvimento de uma atividade. Essa estratégia de interpretação do processo de localização das atividades produtivas pode ser interpretada como uma resposta alternativa a insuficiência das teorias econômicas clássicas, diante das especificidades das condições de transporte e de geração de energia da Alemanha no início do século XIX. A economia clássica ignorou os problemas locais da análise do processo econômico, tendo em vista os obstáculos que eles colocavam a aplicação da abordagem do aparato teórico marginalista de concorrência perfeita.

Assim, a preocupação com a relação entre desenvolvimento e região surge com a necessidade de compreender como as atividades agrícolas se distribuem ao redor de um centro urbano. Mais precisamente, o que produzir em determinado lugar? Johann Heinrich von Thünen (1780-1850) percebeu que existe uma relação entre o valor da terra e sua localização. Quanto mais próxima de um mercado consumidor central, mais elevado o valor da terra – ele definiu este fenômeno como “renda de localização”. As culturas que ocupam anéis mais próximos geravam mais lucro, o que indica que o preço é determinado pelo local de produção. Assinala que para cada produto haverá uma distância limite a partir da qual a produção deixa de ser rentável, o que o leva a concluir que a localização de cada cultura obedece a lógica da redução dos custos de transporte (BENKO, 1999). Isto significa que quanto mais afastada da cidade, menor será o custo do transporte necessário. Esta investigação pioneira sobre as relações existentes entre a produção e a localização foi aprofundada no início do século XX.

Esta segunda vertente é também chamada de “teoria da localização” ou “escola alemã”. Para Alfred Weber (1868-1958), essa vertente desloca o foco da localização para a industrialização, indicando que todo empreendimento industrial encontra-se no centro de uma rede de fluxos de entradas (matérias-primas, mão de obra, energia etc.) e saídas (produto para ser vendido), formando um Triângulo Locacional (SOUZA, 2009). Com base nestes recursos teóricos, Walter Christaller (1893-1969) destaca a distribuição espacial das cidades, procurando entender os fatores que determinam o número, tamanho e distribuição das cidades. Os resultados alcançados a partir desses arranjos espaciais das cidades ficaram conhecidos como Teoria dos Lugares Centrais. Mas será principalmente com as descobertas de Auguste Lösch (1906-1945) que surge a preocupação com a localização, região e comércio inter-regional (BENKO, 1999). Ele argumentará que as empresas se estabelecem onde a população estiver mais concentrada, formando uma hierarquia de áreas de mercado e centros urbanos e, assim, as regiões econômicas.

A preocupação com a relação entre desenvolvimento e região recebe um novo impulso decisivo com os estudos elaborados por Walter Isard, que desenvolve instrumentos teóricos fundamentais para compreensão das relações entre desenvolvimento e região. Para Isard, o sentido da análise do desenvolvimento regional consiste em determinar as regularidades nas variações de custos e preços

no espaço (ISARD, 2003). As regularidades dos custos de transporte são uma função da distância e estabelecem um padrão de distribuição espacial da indústria, dos centros de consumo e da produção de matérias-primas. Assim, os núcleos urbanos estariam em um processo contínuo de ajustamento, através de forças centrípetas, pela economia de aglomeração, e forças centrífugas de deseconomias externas. Esses deslocamentos de populações e das atividades econômicas são determinados pelos meios de transporte, a existência de recursos naturais e a distribuição da população nas áreas periféricas.

Embora a teoria dos lugares centrais venha servindo de inspiração para o desenvolvimento de uma série de abordagens recentes, a compressão da relação entre desenvolvimento e região constitui o resultado de uma “mão invisível”, como foi proposto na teoria dos lugares centrais. Como podemos observar, por um lado, desenvolvimento corresponde as atividades produtivas, e as atividades produtivas ao processo de tomada de decisão empresarial; por outro, a região equivale a local e o local é reduzido ao espaço físico. Nesse sentido, a mediação entre desenvolvimento e região se estabelece pela equivalência entre produção e localização através das diferenças e semelhanças que se estabelecem em termos de custo e benefício da distância no processo. Dessa forma, a dimensão regional do desenvolvimento é abstraída e tratada de forma pré-estabelecida e dependente do processo de desenvolvimento. A relação entre desenvolvimento e região ocorre pelas características econômicas do processo de ocupação, organização e exploração.

Uma segunda variante da preocupação com as funções dos contêineres foi sendo produzida e reproduzida dentro da tradição econômica, com base, principalmente, na economia urbana e na economia regional. Nesta estratégia, a relação entre desenvolvimento e região é concebida por meio da consideração de como os elementos do recipiente crescem, porque alguns recipientes são mais dinâmicos que outros e como em função disso os recipientes se diferenciam, como indica o *Coefficiente de Localização* de Homer Hoyt. Ou, dentro do jargão econômico, quais as relações que se estabelecem entre a concentração econômica e as discontinuidades espaciais. Em outras palavras, as vantagens e desvantagens relacionadas a concentração espacial de atividades agrícola, industrial ou de serviço, considerando tanto os efeitos desse processo em escala micro, quanto o efeito conjunto em escala macro. A resposta revelou-se um tanto tautológica, na medida em que a aglomeração local de produtores produz vantagens e essas vantagens aglomeram os produtores localmente.

Um primeiro enfoque desta segunda variante concentrou-se nos efeitos da organização espacial da produção sobre a relação entre desenvolvimento e região, considerando como os agentes econômicos selecionam a localização em escala macroeconômica. As contribuições mais conhecidas foram formuladas na década de cinquenta na análise da localização industrial através das contribuições de Alfred Marshall. Para Marshall, o desenvolvimento de região depende das relações

que se estabelecem entre as economias e as deseconomias externas. Mais precisamente, as vantagens e desvantagens produtivas relacionadas com a concentração da atividade econômica, como disponibilidade de matéria-prima, acesso a mão de obra, mercados, transporte etc. A concentração das empresas facilita a difusão do conhecimento técnico e a concentração da mão de obra atrai atividades interligadas. Isso explica porque as pessoas e as atividades econômicas são induzidas a emigrar para as periferias urbanas ou distritos industriais, gerando aglomerações produtivas.

Depois da Guerra Mundial, a relação entre desenvolvimento e região passa ser considerada a partir da questão da variação e difusão do crescimento das regiões. Entre as principais teorias destacam-se os Polos de Crescimento de Perroux, da Causação Circular Cumulativa de Myrdal e dos Efeitos de Encadeamentos para Frente e para Trás de Hirschman. Essas teorias compartilham o interesse pelas interdependências setoriais como fator de localização das firmas de uma perspectiva macroeconômica, e destacando a papel do Estado. Mais recentemente, é possível isolar uma nova tendência, que considera as externalidades dinâmicas de tipo marshallianas, examinando o desenvolvimento regional como ajustamento estrutural de internos e externos à região. Nesta perspectiva, consideram-se aspectos como o mercado de trabalho, a oferta de insumos especializados e o intercâmbio tecnológico, como ilustram os trabalhos de Krugman. Com o passar do tempo, passaram a ser considerados também aspectos institucionais dos agentes de coordenação na atuação dos atores locais na organização do desenvolvimento regional.

Os pesquisadores da variante funcional acreditam que, à medida que as atividades dentro dos recipientes crescem, os recipientes – ou seja, as regiões – também crescem. Trata-se de entender os desequilíbrios gerados pelo processo de produção capitalista do Pós-Guerra, principalmente nos países em desenvolvimento (PEET; HARTWICK, 2009). Nesses países, o desenvolvimento é desigual, porque setores modernos se desenvolvem paralelamente aos setores tradicionais, provocando desequilíbrios regionais. Temos aqui, portanto, três formas de considerar o desenvolvimento regional: 1) a relação entre desenvolvimento e região é mediada pela atuação do mercado; 2) a relação entre desenvolvimento e região é mediada pela atuação governamental; 3) a relação entre o desenvolvimento e a região é mediada pela interação entre mercado, Estado e agentes. Apesar da questão do desenvolvimento regional estar presente, estas abordagens não a consideram. Além disso, elas compartilham a crença do progresso ilimitado e da modernização.

Como vimos, as teorias do contêiner concebem a região como uma espécie de receptáculo que recebe o desenvolvimento. Em sua grande maioria, constituem o resultado inevitável do progressivo encontro – e até mesmo convergência – entre a abordagem geográfica da economia e a abordagem econômica do espaço. Esse contato deu origem a uma verdadeira cascata de pesquisas, estudos e publicações

que institucionalizou uma abordagem vigorosa do desenvolvimento regional. Porém, mesmo considerando a grande diversidade de domínios cobertos pela teoria do contêiner, destacam-se três núcleos principais: a localização das atividades produtivas, a organização do espaço e as interações entre os elementos. Apesar da aparente diferença, neste tipo de abordagem as relações entre desenvolvimento e região são analisadas em termos de custo-benefício que levam as pessoas e as atividades econômicas a se concentrarem ou dispersarem em determinados lugares. Assim, na maior parte dos casos, o desenvolvimento é reduzido à dimensão econômica e a região ao espaço físico.

Mas é claro que se observarmos o recipiente e a disposição e a interação dos elementos em seu interior, deixaremos na parte de fora um conjunto de fatores que também operam no contexto de causação da relação entre desenvolvimento e região. A abordagem do envelope caracteriza-se por considerar as posições que o desenvolvimento regional assume e possibilita no contexto social. Assim, deste ponto de vista, a dimensão regional do desenvolvimento apresenta uma complexidade e variação muito mais ampla que as abordagens do contêiner permitem perceber. Isto significa que, embora a relação entre desenvolvimento e regional pareça preceder ao ponto de vista que se tem desta relação, alguns pesquisadores compartilham a suposição construtivista segundo a qual é o ponto de vista que estabelece o nexo de relações entre desenvolvimento e região. Trata-se, portanto, de considerar a relação entre desenvolvimento e região como um fenômeno consensual ou conflitual.

Por isso, a questão que inicialmente interessava apenas aos economistas e aos geógrafos passou progressivamente a ser investigada também por sociólogos, cientistas políticos, antropólogos e outros pesquisadores das disciplinas das ciências sociais. Se no início o interesse no desenvolvimento regional decorria do reconhecimento de que os processos que impulsionam a relação entre desenvolvimento e região eram fundamentalmente de ordem econômica, hoje a atenção recai em aspectos tão diversos como, por exemplo, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a identidade regional etc. Pode-se dizer, assim, que o que é comum as teorias do envelope é o reconhecimento que o desenvolvimento regional constitui a expressão de uma ordem social. Assim, dependendo da abordagem considerada, a ênfase pode recair sobre um ou outro aspecto do desenvolvimento, convertendo a região em variável não fixa, mas dinâmica. Nesse sentido, a maior parte das controvérsias decorre da estratégia e o grau de autonomia conferido ao contexto social para descrever o desenvolvimento regional: ampla como representações sociais, restrita como conflitos sociais.

A versão ampla das teorias do envelope do desenvolvimento regional se relaciona aos resultados alcançados pela consideração dos fenômenos culturais. Baseia-se numa escala macro de corte fenomenológico das representações espaciais desenvolvidas a partir dos trabalhos realizados por Carl Ortwin Sauer (1889-1975), conhecidos como Escola de Berkeley (BUTTIMER, 1982). Nessa espécie

de “geografia da percepção” (HOLZER, 2010), as paisagens estavam ligadas ao seu passado histórico, de modo que o presente se tornava inteligível somente mediante a compreensão das intencionalidades do homem na interação com o mundo, como o agente modelador da paisagem cultural (MATHEWSON, SEEMANN, 2008). A diferenciação das áreas constitui uma unidade chamada de paisagem cultural, por meio da qual as comunidades representam as relações que estabelecem na interação com o meio e com outras comunidades. Portanto, a relação causal entre desenvolvimento e região é produto de sequências históricas que vão se influenciando e se interpondo mutuamente e, desta forma, o desenvolvimento regional reflete e exprime a paisagem cultural.

A partir da década de oitenta, forma-se um novo padrão de abordagem em escala micro conhecido como Nova Geografia Cultural. Esta abordagem está associada tanto ao “cultural turn” provocado pela incorporação das análises hermenêuticas e semióticas da dimensão cultural dos fenômenos espaciais, quanto pela dimensão espacial dos fenômenos culturais. Este processo não envolve somente fatores físicos da paisagem, mas outros fatores como a língua, a religião, a etnicidade, a culinária etc., formando regiões culturais híbridas. Portanto, uma região constitui o produto da percepção espacial dos habitantes de um lugar, mas essas representações não são um processo de identificação cultural homogêneo e uniforme. Esta característica indica que as regiões não são entidades fixas, mas construções que se formam e transformam constantemente como meio e produto simultaneamente (CLAVAL, 1999). Nesse sentido, o desenvolvimento regional pode ser visto como uma criação social contingente dos agrupamentos humanos.

A variação restrita das teorias do envelope enfoca o desenvolvimento regional como um processo de disputa e conflito. A abordagem crítica reinterpreta os agentes da organização espacial por meio da teoria marxista (PEET, 1982). Procura mostrar como as contradições do modo capitalista de produção se exprimem no espaço: a expressão espacial do capitalismo. Do ponto de vista materialista histórico, o desenvolvimento regional não é neutro, mas o resultado da dialética entre o processo social e as formas espaciais. Nesse sentido, o desenvolvimento regional se converte na resposta local da rede de acumulação do capital (forças produtivas), da reprodução da força de trabalho (relações de produção) e dos processos ideológicos. Assim, a atenção do desenvolvimento regional se volta para a questão da diferença das condições de acumulação estabelecidas pela articulação dos modos de produção em sua dimensão espacial, que altera a forma e o ritmo de desenvolvimento gerando a diferenciação regional do desenvolvimento (LEFEBVRE, 1974).

A abordagem crítica procura entender como o capitalismo produz regiões desigualmente desenvolvidas. A desigualdade relaciona-se a articulação do modo capitalista de produção com os outros modos de produção que estruturam o espaço entre regiões dominantes e dominadas. O agente do processo de diferenciação centro-periferia constitui a divisão inter-regional do trabalho que

polariza o espaço de circulação das mercadorias numa relação centro-periferia. A articulação de modos de produção transmite as contradições das relações capital-trabalho geradas nas regiões centrais para as demais regiões. Esse processo estabelece um desequilíbrio entre as regiões a partir dos níveis de especialização da força do trabalho que desencadeiam frequentes crises e conflitos inter-regionais. Portanto, a dimensão regional do desenvolvimento constitui o produto do processo de integração assimétrica, no qual a produção da riqueza numa região implica dialeticamente na reprodução da pobreza em outra, em termos de regiões expropriadoras de mais-valia de regiões expropriadas (HARVEY, 2006).

Se podemos falar de uma região cultural ou região em disputa, as relações causais entre desenvolvimento assumem uma nova configuração. Os fatores socioculturais recobrem o espaço, dotando a relação entre desenvolvimento e região de um significado específico em cada momento de estabelecimento e disseminação da identidade regional. Estas experimentações mostram que a sociedade está sempre em transformação num processo contínuo de abertura e fechamento que gera apropriação e incorporação regional do desenvolvimento. Um exemplo que ilustra bem este processo diz respeito a toponímia, afinal o processo de nomeação dos lugares constitui um instrumento de identificação e apropriação territorial, no qual a cultura adquire o estatuto de território (Corrêa, 2008). Neste caso, as relações entre região e desenvolvimento não configuradas em econômicas, como por exemplo, a divisão do trabalho, as condições de vida ou a centralidade dos lugares, ou físicas; mas também através de indicadores como forma de falar, identidade étnica, religião etc., tornando-se o que os indivíduos vivem no espaço.

Mas é preciso observar que a envelopagem sociocultural não é definitiva teoricamente. A produção dos valores, das crenças e das ideias, em síntese, a produção das representações, faz com que estes surjam e disseminem-se, formando um território somente quando as representações estão relacionadas a um contexto social. Por isso, o consenso e as disputas se formam e se transformam permanentemente agregadas a vida social, ou seja, são subordinadas ao ritmo de relações sociais e espaciais a que dão significado. Isto quer dizer que a causalidade entre desenvolvimento e região é uma construção coletiva, ao mesmo tempo simbólica e material, que associa o mundo social ao mundo natural em função de valores predominantes. Assim, o consenso e o conflito formam uma espécie lógica que se materializa num sistema de representação partilhado por pessoas de uma mesma comunidade. Aqui, procura-se entender a dimensão espacial dos fatos sociais, especialmente como o desenvolvimento regional desencadeia fenômenos de inclusão e exclusão, inclusive o próprio conhecimento do desenvolvimento regional enquanto produtor de cultura.

Vemos assim que, dependendo de como concebemos a relação causal entre desenvolvimento e região, temos um tipo de explicação para as diferenças e semelhanças de desenvolvimento entre as regiões. Na primeira estratégia de

abordagem temos o desenvolvimento como entrada e a região como saída. A região converte-se numa unidade fixa em virtude da homogeneidade de determinadas características produtivas do processo de desenvolvimento como um fator dinâmico e é por isso que falamos de região extrativista, agrícola, industrial, têxtil etc. No segundo caso, a região é considerada porta de entrada da análise móvel e o desenvolvimento a porta de saída fixo. A consideração dessas abordagens é necessária, porém não são suficientes para estabelecer uma estratégia para pensar com o desenvolvimento regional. Afinal, reforçado por esse dualismo disciplinar, o pensamento com o desenvolvimento regional requer uma reformulação mais radical da teoria que a maior parte dos pesquisadores que estudam o desenvolvimento regional pode ou não estar disposta a aceitar.

As teorias do contêiner e do envelope refletem as ambivalências da abordagem da causalidade do desenvolvimento regional. Estas abordagens devem ser consideradas como ponto de partida, mas não o ponto de chegada da análise da relação entre desenvolvimento e região. Por um lado, elas exprimem a dicotomia entre natureza-sociedade, no qual se pode configurar a região tanto como um fenômeno fixo físico, quanto como cultural dinâmico; por outro lado, essas controvérsias refletem também a forma de conceber a relação do desenvolvimento seja de forma quantitativa, seja de forma qualitativa, que perpassam as questões relativas a interpretação ou explicação do desenvolvimento. O exame do desenvolvimento regional necessita de um dispositivo teórico que possibilite capturar as contribuições desses dois programas de pesquisa. Por isso, na redução do desenvolvimento regional – isto é, a dialética teórica que nos remete às teorias contêiner ou às teorias do envelope – perdemos também a riqueza relacional do desenvolvimento regional.

A metodologia relacional do conhecimento com o desenvolvimento regional

Para pensar com base no desenvolvimento regional necessitamos estabelecer condições metodológicas que permitam considerar as relações que emergem da consideração simultânea do desenvolvimento e da região. Estas condições metodológicas devem basear-se num conjunto de instrumentos conceituais que permitam capturar a dialética de determinações recíprocas que se estabelecem entre desenvolvimento e região. O propósito deste sistema de coordenadas conceituais visa superar a tendência da construção de tipologias ou empilhamento de experiências empíricas. Nesse sentido, um dos principais desafios consiste em conceber uma estratégia que permita combinar as múltiplas lógicas que operam e delimitam a relação entre desenvolvimento e região empiricamente. Desta forma, o desenvolvimento regional deve basear-se metodologicamente numa perspectiva integradora, combinando abordagens. Mais precisamente, trata-se aqui de

estabelecer as condições metodológicas para a produção do conhecimento com o desenvolvimento regional.

Portanto, para conseguirmos pensar com o desenvolvimento regional necessitamos reconfigurar metodologicamente a abordagem da questão do desenvolvimento regional. Precisamos sintetizar as Teorias do Contêiner e as Teorias do Envelope, integrando a estratégia que consiste em colocar o desenvolvimento dentro da região onde o território se transforma em porta de entrada da análise, com a estratégia que se sustenta em colocar a região dentro do desenvolvimento em que o território se torna a porta de saída da análise. Para integrar estas abordagens bidimensionais e ampliar o potencial analítico do conceito de desenvolvimento regional precisamos deslocar o foco da análise para a questão das relações. Como vimos, muitos autores e teorias abordam implícita ou explicitamente esta relação, mas não conseguem extrair todas as consequências por não considerar a relação como um fato. Ao relacionarmos a noção de desenvolvimento à noção de região, reunimos todos os sentidos e significados criados em suas utilizações isoladas.

A esta estratégia chamaremos de distinção analógica. Estabelecer uma distinção analógica na abordagem da realidade com o desenvolvimento regional pressupõe focar os fenômenos de uma forma relacional. Para entender o que fazemos quando abordamos um fenômeno por meio do desenvolvimento regional, precisamos determinar o que é específico do conhecimento produzido com o desenvolvimento regional. O desenvolvimento regional constitui um fenômeno contingente, que depende de fatores que variam constantemente e que afeta a si mesmo pelo conhecimento produzido regionalmente. Isto significa que pensar com o desenvolvimento regional não é entender a região e o desenvolvimento, mas a configuração que emerge da relação que se estabelece entre desenvolvimento e região. Ou seja, estudar essas relações significa considerar as condições que permitem seu próprio entendimento. A dificuldade de assumir esse ponto de vista é que as noções de desenvolvimento e região possuem uma história própria.

A expressão desenvolvimento significa criar uma vida melhor para todos (PEET, 2009). Porém, nem sempre foi assim. Em sua acepção original, entre os séculos XII e XIII, a expressão desenvolvimento significava “revelar” e “expor” (ANJOS FILHO, 2013). Somente no século XIX, quando foi associada à perspectiva evolucionista, seu uso passou a significar uma passagem de estágios. Encontra-se vinculada originalmente a uma noção organicista de crescimento e a uma visão teleológica de progresso histórico. Por isso, a utilização da expressão desenvolvimento indica uma mudança favorável, uma passagem de um estágio simples para um mais complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. E está associada às ideias de crescimento, evolução, maturação etc. (ESTEVA, 2000). Além de comportar também a ideia de esperança e confiança na possibilidade de uma vida melhor. E a expressão tem sido progressivamente

empregada para indicar processos contraditórios como crescimento econômico, satisfação de necessidade básicas e também sustentabilidade socioambiental.

A popularização da expressão desenvolvimento está associada ao famoso discurso de posse proferido por Harry S. Truman (1884-1972), em 20 de janeiro de 1949 (RIST, 1996). Conhecido como *Four Point Speech*, esse discurso inaugura a “era do desenvolvimento”. Considerando o progresso econômico, técnico e científico, ele estabelece uma classificação das nações com base na díade desenvolvido/subdesenvolvido, ao afirmar que “*Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas*”. Esta classificação se impôs devido a conjuntura histórica caracterizada pelo fim da Segunda Guerra Mundial, o processo de descolonização, a divisão do mundo em capitalista e comunista, e a hegemonia estadunidense. Nesse sentido, ao estabelecer essa diferenciação, o discurso de Truman dota a expressão desenvolvimento do significado de superar uma condição de atraso pela própria continuação de algo.

Mas ao longo das últimas cinco décadas a expressão desenvolvimento tem sido reinventada com base em diversos enfoques interpretativos. Por exemplo, segundo a Teoria da Modernização, o desenvolvimento dependia do crescimento industrial, da redistribuição da renda e da criação de uma nova elite dominante (ROSTOW, 1960). Já do ponto de vista da Teoria da Dependência, o desenvolvimento constitui uma questão social e política que depende da relação entre dominação internacional e dominação de classe interna, no qual o desenvolvimento periférico depende do central (SUNKEL, 1981). No Ecodesenvolvimento tem se destacado a dimensão ambiental do desenvolvimento relacionada a sobrecarga da capacidade assimilativa e regenerativa da natureza provocada pelo padrão predominante de desenvolvimento (SACHS, 2002). Nos últimos anos, o desenvolvimento tem sido objeto de um exame crítico radical e fala-se até mesmo de pós-desenvolvimento, descrevendo-se o desenvolvimento como expressão duma engenharia autoritária (PIETERSE, 2013).

Isto indica que o desenvolvimento constitui uma expressão muito controversa. Cada teoria do desenvolvimento pode ser vista como expressão de um discurso de apoio ou de oposição no processo de montagem da agenda, mobilização e construção de coalizões políticas. Portanto, o conhecimento sobre o desenvolvimento não é um simples registro que reflete a realidade, pois o sentido em que as pessoas pensam e falam sobre o desenvolvimento afeta as agendas, as políticas, as leis etc. (PIETERSE, 2013). Afinal, o desenvolvimento não constitui apenas um âmbito de pesquisa, mas também um campo de atuação. Por isso, o significado do conceito de desenvolvimento constitui um tema que é disputado politicamente, pois envolve a questão da estrutura e a distribuição dos benefícios. Quando se discute o desenvolvimento problematiza-se o controle e, portanto, consideram-se os fatores que, em diferentes níveis, afetam o início, o ritmo e a

direção do desenvolvimento. Mais precisamente: os fatores que determinam quem ganha e quem perde com o desenvolvimento.

Por isso, o sentido e o significado da expressão desenvolvimento dependem do contexto em que é utilizada. Por um lado, o desenvolvimento tem sido descrito como o resultado dos efeitos produzidos pelas transformações socioeconômicas num território; por outro, pode ser descrito como uma ilusão, constituindo uma armadilha que serve para reproduzir assimetrias entre e nas regiões. Assim, ao mesmo tempo em que é estudado cientificamente por disciplinas como, por exemplo, a economia, a sociologia, a geografia, a antropologia etc., é denunciado também como uma ideologia que monopoliza e destrói a concepção e adoção de perspectivas alternativas de futuro. Na maior parte das vezes, a concepção de desenvolvimento que serve para um cientista ou pesquisador não é a mesma que serve a um técnico governamental, a um camponês, a um indígena, a um fazendeiro etc. Desta forma, o desenvolvimento pode ser caracterizado, ao mesmo tempo, como um objetivo e como um resultado, como um modelo ou como um processo, como uma política ou como uma meta.

Esse caráter politicamente negociado constitui, simultaneamente, a força e a fraqueza conceitual do desenvolvimento. Sua vitalidade e inventividade dependem de como os significados são modificados e ajustados para descrever e controlar os desafios econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais relacionados as transformações sociais. A consequência é que o significado do conceito de desenvolvimento depende das forças sociais que o conduzem e promovem. Considerando estes fatores, o desenvolvimento pode ser definido como um processo de mudança social. Indica um processo contínuo e cumulativo de transformação do contexto social. Assim, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento descreve a mudança social, acaba também afetando o desenvolvimento da própria mudança social. Isto indica que o conhecimento sobre o desenvolvimento afeta as agendas e políticas que tratam do próprio desenvolvimento. Mais precisamente, pode-se dizer que o significado do desenvolvimento se desenvolve juntamente com os processos que procura descrever.

Já a etimologia da palavra região é bastante conhecida. Deriva do latim *regere*, composta pelo radical *reg* e que deu origem a expressões como regente, regra etc. No período do Império Romano a expressão *regione* designava áreas que se encontravam subordinadas a Roma. Uma interpretação possível sugere que a emergência da expressão denota a relação entre a centralização do poder em um local e a sua extensão sobre uma área de grande diversidade cultural, social e espacial. O esfacelamento do Império Romano seguiu esta forma de subdivisão, originando a organização feudal predominante da Idade Média. A igreja reforçou esse tipo de divisão utilizando aquelas unidades como base para o estabelecimento de sua hierarquia administrativa. O surgimento do Estado-nação redimensionou a problemática das unidades territoriais pela necessidade de união diante de um

inimigo cultural, político, comercial, militar etc. (GOMES, 2012). A complexidade desse contexto histórico foi dotando a noção de região de características analíticas e políticas específicas.

A região constitui uma questão em constante disputa. Segundo Gomes (2012), a noção de região está relacionada a três dimensões principais: a) a dimensão política: a noção de região está relacionada a uma organização administrativa; b) a dimensão espacial: projeção dos fenômenos sociais e naturais no espaço; c) a dimensão disciplinar: tornou-se uma unidade de estudo científico. Estes três fenômenos produzem e reproduzem reciprocamente, dotando o conceito de região de uma complexidade crescente. Por exemplo, o estudo científico dos fenômenos sociais no espaço fomenta formas de controle político, ao mesmo tempo em que essas formas de controle regional estimulam novos padrões de organização social, o que modifica o conhecimento disponível sobre a região. Isso significa que a região constitui um fenômeno em constante transformação política, social e cognitiva. Essa característica contingente confere ao conceito de região um traço polissêmico e torna a operacionalização metodológica crítica.

Grande parte desses impasses está relacionado a utilização da noção de região por muitas disciplinas. Na geografia, por sua preocupação com espaço, a noção de região é muito controversa, ocasionando uma constante redefinição do seu sentido e significado em função das transformações disciplinares. Mas também tem sido empregada em matemática, na qual refere-se a um subconjunto dependente de um espaço topográfico. Em economia, refere-se a concentração espacial das atividades produtivas. Do ponto de vista da ciência política, tem sido utilizada para descrever o contrabalanço a uniformização e centralização do estado nacional. Somente recentemente a sociologia passou a ocupar-se da noção de região, disciplina na qual é utilizada para descrever o processo de diferenciação do tempo e do espaço em diferentes lugares. Seja para denotar localidade, espacialidade, regionalidade, regionalismo etc. essas diferenças constituem, ao mesmo tempo, um desafio analítico na medida em que essa noção encerra muitas controvérsias sobre sua aplicação.

Deste ponto de vista, a região constitui uma área delimitada pelo agrupamento de elementos que se diferenciam de outras áreas. Por isso, a noção de região evoca sempre a ideia de uma subdivisão, sendo que utilizamos a expressão região para caracterizar os limites de processos muito diversos, a exemplo de “região montanhosa”, “região pobre”, “região vulnerável”, “região sul”, “região grande” etc. A noção de região serve para organizar a informação geográfica e exprime uma forma de diferenciação do espaço que demarca uma unidade territorial. Assim, por um lado, a noção de região se refere a uma diferença de tamanho que assume significação somente de forma analógica e, por outro, a noção de região refere-se a também a uma relação entre dentro-fora. Mais precisamente, pressupõe que algo de específico acontece na escala regional de desenvolvimento, que não acontece na escala global e local. Portanto, região compreende uma escala de

associação variável, ou seja, uma escala de grandeza que se inscreve entre o geral e o particular.

Um dos grandes desafios analíticos do conceito de região é que ele constitui o resultado de processos que são produzidos fora da formação regional. Esses processos compreendem o resultado da produção, ao mesmo tempo material e simbólica, de uma constelação de relações entre conhecimentos e espacialidades. Nesse sentido, uma região constitui uma condensação híbrida de redes de relações sociais em constante transformação; mais precisamente, uma região constitui o resultado de uma ordem social. Considerada desse ponto de vista, uma formação regional apresenta duas características analíticas principais: a localidade e a descontinuidade. A relação entre a localidade e a descontinuidade indica, por um lado, a rede de conexões entre lugares e, por outro, o caráter convencional da delimitação das fronteiras. Portanto, uma região ou uma formação regional não é uma entidade acabada, mas constitui uma condensação de instituições e práticas que são resultado contingente intra e inter-regionais em constante transformação.

A noção de região fundamenta-se na relação entre parte e todo. Esta relação pressupõe a consideração tanto da questão da divisão, quanto da proporção das partes (LENCIONI, 1999). Por um lado, isto significa que uma região deve sempre fazer parte de um todo maior, ao mesmo em que pode ser formada por partes menores. Por outro lado, a noção de região evoca uma relação de semelhança interna e diferenciação externa; ou seja, a caracterização de uma região pressupõe uma homogeneidade maior das partes internas e uma diferenciação com relação as partes externas. Isto indica que as relações entre a parte e o todo não são fixas, mas um fenômeno em constante transformação. As relações entre a parte e o todo se estabelecem em múltiplas dimensões entre o geral e o particular. E se uma região constitui uma parte diferenciada do todo, ela também deve apresentar uma descontinuidade com relação as outras partes que constituem o todo. Portanto, se uma região pode constituir, simultaneamente, uma parte e um todo, ela só pode ser compreendida de forma relacional.

Portanto, ao relacionarmos desenvolvimento e região, percebemos que o desenvolvimento regional está em todo lugar em todo momento. Assim, não devemos esquecer que embora as noções de região e desenvolvimento possuam um sentido e um significado de aplicação isolado, para pensarmos com o desenvolvimento regional necessitamos de uma estratégia teórica que capture o seu conteúdo e efeito relacional. Por isso, precisamos formular uma teoria que descreva e explique o processo de causação contextual que se estabelece entre desenvolvimento e região. Isto pressupõe, claro, uma configuração teórica que capture o jogo de codeterminações recíprocas, no qual o desenvolvimento regional é percebido por uma consciência subjetiva, julgado por uma moral, gestado por uma política, ao mesmo tempo em que conforma a percepção, reforça a moral, reproduz a política. Nesse sentido, pode-se dizer que teoria do

desenvolvimento regional deve se ocupar com as associações específicas que se estabelecem entre desenvolvimento e região em cada situação.

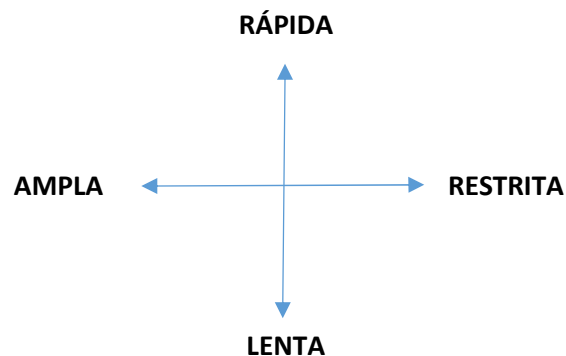
Considerando estes fatores, pode-se dizer que o conhecimento com o desenvolvimento regional constitui uma operação cognitiva eminentemente relacional. Essa relação se estabelece em dois planos metodológicos:

1) **RELAÇÃO TEÓRICA:** *para conhecermos com o desenvolvimento regional necessitamos pensar relacionalmente.* O desenvolvimento regional constitui um efeito emergente de uma relação. Isto significa que o conhecimento com o desenvolvimento regional não pode ser reduzido ao entendimento do desenvolvimento ou da região. Mais precisamente, desenvolvimento e região assumem um significado totalmente diferente daquele que os conceitos de desenvolvimento e região possuem quando considerados isoladamente. O desenvolvimento regional constitui um fenômeno que emerge de uma relação, portanto, o foco do conhecimento com o desenvolvimento regional não reside nem no desenvolvimento e nem na região, mas na mediação relacional. Afinal, o conhecimento com o desenvolvimento regional mostra um nível da realidade que só é observável pela mediação relacional. Portanto, não se trata somente de explorar a relação entre desenvolvimento e região, mas também de se considerar a dimensão regional do desenvolvimento como uma relação;

2) **RELAÇÃO EMPÍRICA:** *O conhecimento com o desenvolvimento regional se estabelece pela relação das diferenças entre configurações regionais de desenvolvimento.* Isto significa que as diferenças de ritmo e frequência do desenvolvimento que existem internamente a uma região devem ser menores que as existentes externamente. Aqui, o interesse se concentra na consideração do efeito das interações que se estabelecem entre a dimensão interna e a dimensão externa por meio de uma comparação. O conhecimento com o desenvolvimento regional se estabelece pelo contraste entre configurações regionais de desenvolvimento. Um padrão de desenvolvimento só pode ser conhecido quando comparamos duas ou mais configurações regionais de desenvolvimento a partir da consideração de determinado um indicador, como, por exemplo, o PIB, o IDH, a Pegada Ambiental etc. Este pressuposto indica que as relações entre desenvolvimento e região são contingentes e, portanto, o que é expresso com a relação é sempre um contexto social.

Trata-se, portanto, de determinar o que conhecemos quando consideramos o modo regional de desenvolvimento de forma relacional. O que está sendo relacionado quando pensamos com o desenvolvimento regional? O que estamos relacionando quando configuramos o desenvolvimento regionalmente? Por um lado, o desenvolvimento constitui um feixe de mudanças que se estabelecem simultaneamente em várias dimensões: econômica, social, política, cultural, ambiental etc.; por outro, a região está ligada a diferenciação, ideia que a superfície da terra que pode ser configurada de forma diferente: uma variável física como uma bacia hidrográfica, uma variável política como uma SDR (Secretaria de

Estado de Desenvolvimento Regional/Santa Catarina), uma variável econômica como região agrícola, uma variável social como região violenta, uma variável cultural como região católica etc. Ou seja, temos o desenvolvimento que indica mudança e temos a região que delimita a área. Nesse sentido, conhecer com o desenvolvimento regional significa relacionar um determinado ritmo de mudança ao tamanho do lugar e, portanto, relacionar Tempo-Espaço.



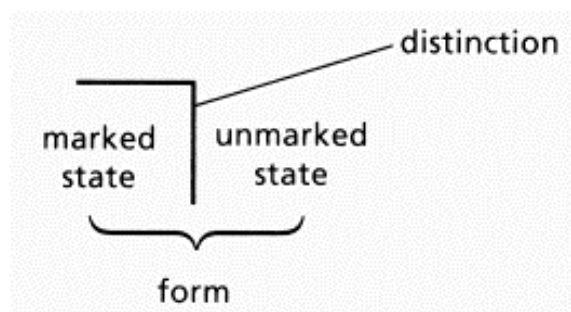
Este modelo permite representar e interpretar a relação teórica e empírica entre desenvolvimento e região. Ao pensarmos com o desenvolvimento regional um fenômeno, estamos sempre relacionando um determinado ritmo de mudança numa determinada área. Por exemplo, relacionando o crescimento do setor metal-mecânico numa área rural, observamos a mudança num período de tempo num determinado espaço que deve ser diferente. Podemos dizer, portanto, que enquanto a noção de desenvolvimento evoca a mudança no tempo, a noção de região situa este processo no espaço. Assim, a região constitui a escala de medida que dá visibilidade ao desenvolvimento. Define, portanto, o nível de análise em que vai ser considerada a ocorrência do fenômeno. Pensar com o desenvolvimento regional compreende, portanto, uma focalização, ou melhor, uma distinção topológica do processo de mudança. No limite, pode-se dizer que pensar com o desenvolvimento compreende relacionar uma concepção de tempo em uma concepção de espaço.

Para estabelecer esse modelo, o desenvolvimento e a região não podem ser definidos separadamente e devem ser concebidos de uma forma cointegrada. Sabemos que analiticamente temos que relacionar a área (região) e o que acontece nela (desenvolvimento). Os desafios desta operação são os de estabelecer uma relação que capture teoricamente o ritmo de mudança do desenvolvimento com as dimensões da área. Isto envolve, claro, a consideração dos processos que promovem a aceleração ou a retração da variável temporal (mudança), mas também a consideração dos processos de contração ou expansão da variável espacial (localização). Precisamos de um modelo (DUTRA, 2013) que permita exprimir o ordenamento básico deste processo e, assim, investigar a calibragem da relação entre desenvolvimento e região. A calibragem da relação entre

desenvolvimento e região pode ser concebida e descrita analiticamente por meio do Cálculo da Indicação formulado por George Spencer-Brown (SPENCER-BROWN, 2011).

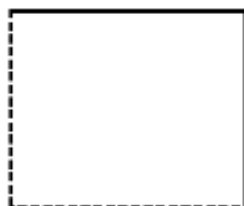
O Cálculo da Indicação foi proposto por Spencer-Brown num livro chamado *The Laws of Form* - LoF. A LoF constitui uma abordagem que começa e termina com a noção de distinção. Resulta da tentativa de Spencer-Brown de aplicar a Álgebra Booleana na construção de combinações de proposições (verdadeira ou falsa), para uma empresa de engenharia especializada em circuitos eletrônicos do sistema ferroviário britânico. Porém, Spencer-Brown rapidamente descobriu que a complexidade dos problemas do mundo real não podiam ser capturados por meio das ferramentas disponíveis na Álgebra Booleana. Por isso, Spencer-Brown desenvolveu um novo sistema de símbolos básico, envolvendo apenas o vazio e uma distinção no vazio. No Cálculo da Indicação ele mostra como o simples ato de estabelecer uma distinção cria um espaço. E, além disso, seguindo as implicações da LoF, Spencer-Brown, demonstrou também como o tempo emerge por meio de um processo de distinção. A disseminação das ideias da LoF tem influenciado muitas áreas de conhecimento tão diversas que vão da biologia (VARELA, MATURANA, 2002) à sociologia (LUHMANN, 2002).

A LoF de Spencer-Brown é um exame do que acontece quando uma distinção é feita. Segundo ele, a “distinção é uma continência perfeita.” (2011, p. 1). O argumento de Spencer-Brown é que quando indicamos alguma coisa fazemos uma distinção. A unidade que diferencia o espaço marcado e o desmarcado é o que chama de distinção. Na medida em que toda distinção cliva um espaço, o espaço não marcado da distinção é o que se torna invisível quando é desenhada ou estabelecida uma distinção. Toda distinção, portanto, tem dois pontos: marcado e não marcado. Assim, por um lado, toda distinção contém o espaço não marcado que desaparece quando é desenhada a distinção. No entanto, por outro lado, a própria distinção desaparece quando o espaço marcado não é a própria distinção. Como assinala Spencer-Brown, “uma vez que é feita uma distinção, os espaços, estados ou conteúdos de cada lado da fronteira, sendo distintas, podem ser indicados.” (SPENCER-BROWN, p. 1). Ela encerra: a) a indicação que a distinção marca; b) o resto não indicado do mundo; c) e a própria distinção que separa os estados indicados dos estados não indicados.



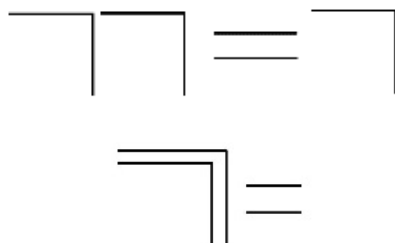
A forma é fixada para estabelecer uma fronteira. Cada forma contém dois lados que ela distingue. Mas forma não é somente a fronteira, ela contém também os dois lados que ela separa. Contudo, os dois lados não participam da mesma maneira no estabelecimento da forma. O uso operacional da forma só pode ser efetuado por meio da utilização de um dos lados da forma. A distinção é feita com uma intenção pragmática de designar um lado, mas não o outro. Isto quer dizer que o que se distingue, por conseguinte, tem de ser distinguido a partir da própria distinção. Para explicitar este processo, Spencer-Brown diferencia “indicação” de “distinção”. Portanto, a forma constitui a condição de possibilidade de uma observação. Estabelecer uma forma de distinção é uma operação que requer tempo.

Por isso, primeiro precisamos esclarecer o Princípio de Distinção que delinea o uso da marca. Princípio de Distinção estabelece que o estado indicado pelo exterior de uma marca não é o estado indicado pelo seu interior. Decorre do Princípio da Distinção que o exterior de uma marca indica o estado desmarcado desde o seu interior, enquanto que o interior de uma marca indica o estado desmarcado desde o exterior. Nesse sentido, se considerarmos uma folha de papel em branco, ao fazermos uma marca, uma distinção, dentro desse vazio, estabelecemos uma polaridade. Por exemplo, se desenharmos um círculo no meio da folha, esta marca separa dois estados diferentes, que nós normalmente consideramos como “dentro” e “fora”, e que Spencer-Brown chama de “Primeira Distinção”. O restante do sistema pode, então, ser desenvolvido formalmente a partir dessas formas primitivas. Para expressar a distinção Spencer-Brown desenvolve uma nova notação. Em vez da utilização do círculo, Spencer-Brown expressa uma marca pela parte superior de um quadrado:



A distinção compreende uma operação, não um estado ou uma coisa. Por isso a LoF baseia-se em dois axiomas. Axioma 1 - *Lei da Chamada*: “o valor de uma chamada feita de novo é o valor da chamada” (SPENCER-BROWN, 2011, p. 2). Axioma 2 – *Lei do Cruzamento*: “o valor de um cruzamento feito de novo não é o valor do cruzamento.” (SPENCER-BROWN, 2011, p. 2). Por “chamada” devemos entender a confirmação da distinção. Para Lester-Brown, ao “chamar” a mesma indicação repetimos a indicação, confirmando a indicação. Enquanto que por “cruzamento” devemos entender o cancelamento da distinção. Ao cancelar escolhemos o estado não-marcado de mundo, ou o estado não indicado de distinção (BAECKER, 1999). Dito de uma forma mais simples, se uma distinção

pode ser estabelecida por uma chamada, ela também pode ser cancelada por um cruzamento. Ou mais precisamente, quando estabelecemos uma distinção, estamos produzindo ou criando uma forma e, ao mesmo tempo, não representando, classificando ou simbolizando algo.



Spencer-Brown chama o espaço delimitado por qualquer distinção de forma da distinção. Segundo o autor, pode-se notar que cada lado da distinção marca dois grupos de referências. A primeira, ou referência explícita, constitui o lado de acordo como ele foi marcado, enquanto a segunda, ou implícita, refere-se ao outro lado que é pressuposto pela marcação. Nesta concepção, a distinção estabelecida constitui uma forma constituída por uma marca composta de duas partes – marcada e não-marcada. Assim, podemos supor que a calibragem entre desenvolvimento e região constitui uma forma de distinção. Isto significa que conhecer com o desenvolvimento constitui fixar marcações por meio da calibragem entre desenvolvimento e região. Primeiro, seleciona-se uma dimensão do desenvolvimento a uma concepção de região. Em seguida, calibra-se o ritmo de mudança desta dimensão do desenvolvimento com a abrangência da região. Por exemplo, considera-se como o setor têxtil opera modificações no setor econômico numa área definida fisicamente.

Um segundo aspecto importante relacionado a LoF diz respeito ao *Re-entry* ou “Segunda Distinção”. A Segunda Distinção compreende a autorreferência e indica que a distinção estabelecida pelo desenvolvimento regional pode ser adotada para validar a própria capacidade de uma região distinguir o seu desenvolvimento. Por exemplo, se adotamos o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano para caracterizar o padrão de desenvolvimento de uma região, e se essa região tiver um alto IDH, ela pode desconsiderar este indicador como parâmetro para caracterizar seu próprio padrão regional de desenvolvimento e adotar outro, como o IFB – Índice de Felicidade Bruta, ou ainda, criar uma distinção própria e, assim, discordar de seu próprio desenvolvimento. Quer dizer que dependendo do tipo de distinção que adotamos para caracterizar o desenvolvimento regional, a própria distinção do desenvolvimento regional pode se modificar. Mais precisamente, o conhecimento com o desenvolvimento regional se desenvolve à medida que as regiões se desenvolvem regionalmente.

O mundo só pode ser observado por meio de distinções. Assim, temos a primeira e a segunda distinção. A primeira distinção divide o mundo em uma forma com dois lados, o visto e o não visto. A segunda distinção refere-se a distinção entre o observado e observador. Esta relação cria a diferença assimétrica entre os dois lados da forma. A distinção torna o mundo visível (estado marcado) e invisível (estado não-marcado). O mundo não marcado, o mundo como ele realmente é, no entanto, não é nem observável nem descritível (ROBERTS, 1999). O que o observador observa é o mundo marcado.

Por meio da LoF conseguimos perceber que pensar com o desenvolvimento regional constitui estabelecer marcações pela calibragem da relação entre desenvolvimento e região. Nesse sentido, a LoF mostra que ao fixarmos ou indicarmos um processo de mudança numa área estamos efetuando uma marcação. Esta indicação estabelece uma distinção entre a área marcada pelo desenvolvimento e a área não marcada pelo desenvolvimento. A área marcada pelo desenvolvimento compreende uma região e a área não marcada pelo desenvolvimento outra região. O que demarca a diferença entre uma região e outra constitui o processo de desenvolvimento considerado. Isto significa que, quando fixamos um ritmo de mudança social numa determinada área, estabelecemos uma indicação. Esta distinção constitui uma marca que se estabelece por meio da calibragem entre uma dimensão do desenvolvimento com uma demarcação regional.

Além disso, a LoF permite reinterpretar as teorias existentes. Vamos considerar duas interpretações das Teorias do Envelope comparativamente, tomando como exemplo a Geografia Cultural e a Geografia Radical. A geografia cultural caracteriza-se pela consideração da dimensão simbólica em termos fenomenológicos da experiência vivida pelos indivíduos. Já a geografia radical baseia-se na materialidade enfatizando as contradições relacionadas aos modos de produção. Nesse sentido, a LoF permite descrever a operação cognitiva que efetuamos quando caracterizamos uma região por meio da consideração de uma determinada indicação. A indicação que demarca a fronteira entre uma região ou outra é de ordem cultural, no caso da geografia cultural, e de ordem econômica, no caso da geografia radical. Em ambas teorias existe uma relação entre o dentro e o fora, porém a indicação que demarca a fronteira é diferente. Portanto, a LoF permite compreender mais precisamente o processo de territorialização: a fronteira constitui uma distinção.

Pensar com o desenvolvimento regional constitui, portanto, determinar um território por meio da distinção estabelecida pela relação entre desenvolvimento e região. Ao relacionarmos desenvolvimento e região, fixamos um território e estabelecemos uma distinção por meio de uma marca. Esta marca fixa uma dimensão do desenvolvimento a uma região, estabelecendo uma distinção entre o dentro e o fora. O lado marcado constitui o lado de dentro, enquanto o lado não marcado constitui o lado de fora. Nesse sentido, pensar com o desenvolvimento

regional significa estabelecer uma distinção relacionando desenvolvimento e região. Isto significa que ao conhecermos com o desenvolvimento regional distinguimos a distinção segundo a calibragem que utilizamos para relacionar desenvolvimento e região, ou seja, segundo a marca que utilizamos para separar o dentro e o fora de uma região pelo desenvolvimento. Mais precisamente, estabelecemos uma distinção relacionando um ritmo de mudança a extensão de uma área.

Considerações finais

O paradoxo do desenvolvimento regional decorre da crença em que o desenvolvimento regional constitui uma coisa no mundo e não uma forma de entender o mundo. Deste ponto de vista, o desenvolvimento regional está em todo lugar o tempo todo. Isto significa que o desenvolvimento regional diz algo muito importante sobre nós. Vimos que para aprender a pensar com o desenvolvimento regional precisamos entender como ele é representado no cotidiano, mas também como ele é utilizado no cotidiano científico. Precisamos saber o que as pessoas fazem quando falam com o desenvolvimento regional sobre o mundo e como as disciplinas científicas traduzem o desenvolvimento regional cientificamente. Isso impõe um exame triplo da relação entre desenvolvimento e região: a consideração do senso comum, a consideração do senso comum científico e o efeito combinado de ambos. Assim, por um lado, o desenvolvimento regional possui um sentido social e, por outro, uma operacionalização científica. No desenvolvimento regional a fronteira entre o político e o científico não é nítida.

O desenvolvimento regional encerra fenômenos diversos, múltiplos e complexos. O conhecimento com desenvolvimento regional compreende a operação cognitiva que permite posicionar o ritmo e abrangência da mudança por meio da relação entre tempo e espaço. Isto dota o conhecimento com o desenvolvimento regional de três características cognitivas inescapáveis:

- a) O desenvolvimento regional é *multidimensional*: econômico, social, político, cultural e ambiental;
- b) O desenvolvimento regional é *multidirecional*: significa simultaneamente progresso e retrocesso;
- c) O desenvolvimento regional é *multissignificativo*: o sentido varia segundo os grupos sociais;

Quando supomos o estabelecimento de um Programa Forte em Desenvolvimento Regional acreditamos na utilização do Desenvolvimento Regional na compreensão do mundo. Isto significa que a pesquisa com o desenvolvimento regional deve

gerar novos conhecimentos, antes inacessíveis ou inexistentes. Pesquisar com desenvolvimento regional é pensar como o desenvolvimento cria regiões e como regiões afetam o desenvolvimento. Este conhecimento afeta o próprio desenvolvimento regional e baseia-se em cinco princípios:

- 1) O conhecimento com o desenvolvimento regional é irreduzível: o desenvolvimento de uma região não pode ser reduzido somente a uma dimensão;
- 2) O conhecimento com o desenvolvimento regional possui uma causação circular: no desenvolvimento regional os efeitos tornam-se causas e as causas tornam-se efeitos;
- 3) O conhecimento com o desenvolvimento regional é relacional: o desenvolvimento regional constitui um fenômeno que emerge da relação entre desenvolvimento e região;
- 4) O conhecimento com o desenvolvimento é ambivalente: quando uma região se desenvolve resolve-se um conjunto de problemas, mas criam-se outros;
- 5) O conhecimento com o desenvolvimento regional é incerto: as consequências do desenvolvimento regional são imprevisíveis.

Considerando esses princípios, a conversão do desenvolvimento regional de um tema de investigação para um instrumento de investigação pressupõe a incorporação de uma nova postura epistemológica, teórica e metodológica:

a) **EPISTEMOLOGIA REFLEXIVA:** o conhecimento com o desenvolvimento regional é autorreferente. As relações entre desenvolvimento e região são constantemente examinadas e configuradas por meio da informação gerada a partir das próprias pesquisas sobre o desenvolvimento regional, afetando o ritmo e a direção do desenvolvimento regional. Determinar a contextualidade das relações entre desenvolvimento e região depende das descobertas sucessivas extraídas do próprio conhecimento das relações entre desenvolvimento e região. Temos, então, uma situação que se caracteriza pela reentrada do conhecimento do desenvolvimento no próprio ritmo e direção do desenvolvimento regional. Por isso, o conhecimento com o desenvolvimento regional é um processo autorreferente, na medida em que a realidade regional do desenvolvimento que conhecemos é uma realidade construída pelo próprio conhecimento do desenvolvimento regional. Além de explicar a relação entre desenvolvimento e região, o conhecimento com o desenvolvimento regional interfere em como o desenvolvimento regional é formado. Isto significa que o conhecimento com o desenvolvimento regional constitui uma abordagem regional para problemas regionais. Em dimensões epistemológicas isto significa que o desenvolvimento regional constitui uma teoria que descreve a si mesma. O conhecimento do desenvolvimento regional não pode ser feito em algum lugar que não seja uma região. Assim, pesquisar o desenvolvimento regional significa fazer parte do processo de desenvolvimento regional. O conhecimento produzido com o

desenvolvimento regional afeta o próprio desenvolvimento regional. O conhecimento do desenvolvimento regional faz parte da realidade que pretende descrever. Existe aqui, portanto, um aspecto deliberadamente reflexivo no conhecimento com o desenvolvimento regional, na medida em que deve ser examinado por critérios regionais.

b) **TEORIA CONTEXTUAL:** O desenvolvimento regional constitui uma unidade de análise que se caracteriza por uma causalção relacional. Assim, pensar com desenvolvimento regional constitui uma técnica de relacionar fenômenos heterogêneos. A principal característica desta técnica refere-se a possibilidade de submeter o desenvolvimento e região a uma lógica relacional. Essa lógica relacional consiste em considerar como o modo regional de desenvolvimento divide o espaço, segundo a consideração de um processo de mudança específico. As consequências principais da aplicação desta técnica é o reconhecimento de que as divisões não são definitivas e, conseqüentemente, a variabilidade de relações entre desenvolvimento e região são praticamente infinitas. Portanto, as regiões não são submetidas sempre as mesmas variáveis, o que permite que um mesmo espaço contenha várias regiões. Nesse sentido, podemos conceber o desenvolvimento regional como um processo relativo, um momento de transformação das práticas e representações sociais que ocorrem em várias escalas temporais e espaciais, simultaneamente. As relações entre desenvolvimento e região são coordenadas contextualmente. Pensar com o desenvolvimento regional é fixar um processo de mudança num domínio. O fixamento de uma relação frequentemente oculta outras. Além disso, pensar com desenvolvimento regional implica pensar regionalmente. Para a solução de problemas regionais necessitamos de abordagens regionais: 1) teorias de alcance regional; 2) teorias produzidas regionalmente.

c) **METODOLOGIA RELACIONAL:** A terceira característica de pensar a realidade com o desenvolvimento regional é o reconhecimento de que as fronteiras são móveis e os territórios são estabelecidos mediante a calibragem entre desenvolvimento e região. Para produzirmos conhecimento com o desenvolvimento regional necessitamos estabelecer distinção entre processos de desenvolvimento que se estabelecem dentro e fora da região. Portanto, a produção do conhecimento com o desenvolvimento regional fundamenta-se num metodologia relacional em duas perspectivas: 1) uma relação entre desenvolvimento e região para estabelecer a distinção pela calibragem do ritmo de mudança a abrangência do lugar; 2) uma relação comparativa que visa estabelecer como se estabelecem as diferença e semelhança entre o dentro e o fora de cada região. Nesse sentido, a produção do conhecimento com o desenvolvimento regional fundamenta-se metodologicamente na possibilidade de combinar esta dupla relação empiricamente.

Estes são os elementos básicos para o estabelecimento de um Programa Forte em desenvolvimento regional. Mais precisamente: transformar o desenvolvimento regional de um tema de conhecimento de várias disciplinas, para uma forma

disciplinar de produção de conhecimento. Em síntese, pode-se dizer que pensar com o desenvolvimento regional implica a adoção de três operações simultâneas: a) *uma epistemologia reflexiva*: a ideia de que o conhecimento com o desenvolvimento regional deve ser justificado regionalmente; b) *uma teoria contextual*: as teorias criadas com o desenvolvimento regional devem possuir um alcance regional; c) *uma metodologia relacional*: o conhecimento com o desenvolvimento regional deve ser produzido por meio de uma calibragem entre desenvolvimento e região. Trata-se agora de extrair as implicações dessa plataforma cognitiva por meio da pesquisa empírica.

Referências

ALCOFF, Linda Martín (Org.). **Epistemology**: the big questions. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

APEL, Karl Otto. **Expliquer-comprendre**: la controverse centrale des sciences humaines. Paris: Les Éditions du Cerf, 2000.

ATKINSON, David; JACKSON, Peter; SIBLEY, David; WASHBOURNE, Neil. **Cultural geography**: a critical dictionary of key concepts. London: I.B.Tauris & Co Ltd, 2010.

BAECKER, Dirk. **Problems of form**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

BARNES, Barry; BLOOR, David; HENRY, John. **Scientific knowledge**: a sociological analysis. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

BENKO, George. **A ciência regional**. Oeiras: Editora Celta, 1999.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região**: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Les usages sociaux de la science**: pour une sociologie clinique du champ scientifique. Paris: INRA Editions, 1997.

BUNGE, Mario. **La investigación científica**. Barcelona: Editorial Ariel, 1989.

BUTTIMER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982, p. 165-193.

CALLON, Michel. Four model for the dynamics of Science. In: JASANOFF, Sheila; MARKLE, Gerald E; PETERSEN, James C; PINCH, Trevor. **Handbook of Science and technology studies**. London: SAGE, 1995, p. 29-63.

CARNAP, Rudolf. **Foundations of logic and mathematics**. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

_____. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____. Região cultural – um tema fundamental. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço e cultura: pluralidade temática**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.

CHRISTOFOLETTI, A. As características da Nova Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982, p. 71-101.

CRESSWELL, Tim. **Place: a short introduction**. Oxford: Blackweel, 2004.

DELANEY, David. **Territory: a short introduction**. Oxford: Blackweel, 2005.

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Introdução à teoria da ciência**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

_____. **Oposições filosóficas**. A epistemologia e suas polêmicas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis; Editora Vozes, 2000, p. 59-83.

FILHO, Robério Nunes dos Anjos. **Direito ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

GELLNER, Ernest. **Antropologia e política: revoluções no bosque sagrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

GODARD, Olivier. A relação interdisciplinar: problemas e estratégias. In: VIEIRA, Paulo Henrique Freire; WEBER, Jacques (Org.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HOLZER, Werther. O método fenomenológico: humanismo e a construção de uma nova geografia. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Temas e caminhos da geografia cultural**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010, p. 37-71.

ISARD, Walter. **History of regional science and the Regional Science Association International: the beginnings and early history**. New York: Springer-Verlag, 2003.

KNORR-CETINA, Karin. **Epistemic culture: how de sciences make knowledge**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Pioneira, 1989.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. **L'Homme et la société**, Paris, v. 31, n. 31-32, p. 15-32, 1974.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LUHMANN, Niklas. **Theories of distinction: redescribing the descriptions of modernity**. Stanford: Stanford University Press, 2002.

MASSEY, Doreen. **For space**. Los Angeles: SAGE, 2005.

MATHEWSON, Kent; SEEMANN, Jöon. A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley – um precursor ao surgimento da História Ambiental. **Varia História**, Belo Horizonte. v. 24, n. 39, jan./jun. 2008.

MATTEDI, Marcos A. **Sociologia e conhecimento: introdução a abordagem sociológica do conhecimento**. Chapecó: Argos, 2006.

MATTEDI, Marcos A; GRISOTTI, Marcia; SPIESS, Maiko R; BENNERTZ, Rafael. A coperformação das ciências e da sociedade. Entrevista com Michel Callon. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 14, p. 383-406, abr., 2009.

MATTEDI, Marcos; THEIS, Ivo M. Cruzando fronteiras: conhecimento e interdisciplinariedade na pesquisa em desenvolvimento regional. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 2, p. 77-94, 2002.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão**. São Paulo: Palas Athena, 2002.

MORIN, Edgar. **O método III: o conhecimento do conhecimento 1**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.

MURDOCH, Jonathan. **Post-structuralist geography**. London: SAGE, 2006.

PEET, Richard. O desenvolvimento da Geografia Radical nos Estados Unidos. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982, p. 225-268.

PEET, Richard; HARTWICK, Elaine. **Theories of development: contentions, arguments, alternatives**. London: The Guilford Press, 2009.

PIETERSE, Jan Nederveen. **Development theory**. London; Sage, 2013. 'une croyance occidentale'. Paris: Presses Des Sciences Po, 1996.

POPPER, Karl R. **Conjecturas e refutações**. Brasília: UNB, 1980.

RIST, Gilbert. **Le développement: histoire d'une croyance occidentale**. Paris: Presses De Sciences Po, 1996.

ROBERTS, David. Self-reference in literature. In: BAECKER, Dirk. **Problems of form**. Stanford: Stanford University Press, 1999, p. 27-45.

ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth**. Cambridge University Press, 1960.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACK, Robert David. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SOJA, Edward W. **Postmodern geographies**: the reassertion of space in critical social theory. New York: Verso, 1989.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

STOREY, David. **Territories**: the claiming of space. New York: Routledge, 2001.

SUNKEL, Osvaldo. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. México D. F.: Siglo Veintiuno, 1981.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impenser la Science sociale**: pour sortir du XIX siècle. Paris: PUF, 1991.

Endereço para correspondência:

Marcos Antônio Mattedi – mam@furb.br
Rua Antônio da Veiga, 140, Victor Konder, Sala R-310
89012-900 Blumenau/SC, Brasil